



PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO

ETAPA 2

Produto 2.1. Relatório de Capacitação



**PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PEHAB 2030**

**ETAPA II – DIAGNÓSTICO HABITACIONAL
ATIVIDADE DE CAPACITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**

Responsáveis pelo Relatório:

Arq. Jacqueline Menegassi

Econ. Gevaci Perroni

Contrato de Prestação de Serviços nº 004/2013

DEZEMBRO/2013



Coordenação Técnica:

Arq. Cláudia Damasio

Econ. Gevaci Perroni

Arq. Jacqueline Menegassi

Responsabilidade Técnica:

Arq. Cláudia Damasio

Equipe Técnica:

Arq. Grace Machado

Arq. Karla Moroso

Eng. Civil. Tayrone Pedroso

Ass. Soc. Isadora Fagundes

Ass. Soc. Camila Nelsis

Adm. Juliana Gervasio Burin

Adm. Renato Gomes

Desenhista Marlene Chaves

Acad. Leonardo Ritta

Acad. Tiago Silveira

Acad. Eduardo Ribasqui

**SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
URBANO – SEDURB**

Secretário de Estado:

Iranilson Casado Pontes

Subsecretário:

Eduardo Loureiro Calhau

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO – IDURB**

Diretora Presidente:

Raquel Ferreira Magesta Lessa

Comissão de Gestão Contratual

SEDURB – Subsecretário: Eng. Eduardo Loureiro Calhau

SEDURB – Arq. Urb. Leticia Tabachi Silva

SEDURB – Eng. Amb. Ligia Damasceno de Lima

SEDURB – Arq. Urb. Milena Paraiso Donô

IDURB – Arq. Bruna Mascarenhas Gava Pitanga

Comissão de Apoio Técnico

SEPAM – Econ. Nadia Machado

IJSN – Ocean. Pablo Medeiros Jabor

IJSN – Arq. Urb. Latussa Laranja Monteiro

INCAPER – Leandro Feitosa

IDURB – Ass. Social Virginia Souza Montarde Flores

SEAG – Celia Kiefer

SEAG – Clésio Brandão

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1. Apresentação:	15
2. REGISTRO DA ATIVIDADE DE CAPACITAÇÃO POR SEDES MUNICIPAIS.....	19
2.1. REGISTRO DO SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO REALIZADO EM COLATINA..	21
2.1.1. Memória de Reunião	21
2.1.2. Listas de Presença	25
2.1.3. Registro Fotográfico:.....	29
2.2. REGISTRO DO SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO REALIZADO EM NOVA VENÉCIA	30
2.2.1. Memória de Reunião	30
2.2.2. Listas de Presença	33
2.2.3. Registro Fotográfico:.....	35
2.3. REGISTRO DO SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO REALIZADO EM VITÓRIA	36
2.3.1. Memória de Reunião	36
2.3.2. Listas de Presença	39
2.3.3. Registro Fotográfico:.....	42
2.4. REGISTRO SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO REALIZADO EM CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM.....	43
2.4.1. Memória de Reunião	43
2.4.2. Listas de Presença	46
2.4.3. Registro Fotográfico:.....	49
2.5. APRESENTAÇÃO UTILIZADA PARA PROMOÇÃO DA CAPACITAÇÃO E DEBATES	50
2.6. MATERIAL DIDÁTICO COMPLEMENTAR – CARTILHA PARA OS MUNICÍPIOS	78
2.7. MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO EVENTO - CONVITES	97
2.8. CERTIFICADO DO SEMINÁRIO – MODELO	99
3. AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE PELOS PARTICIPANTES	101

1. INTRODUÇÃO

1.1. Apresentação:

Este documento apresenta o registro da atividade de Capacitação dos Municípios do Estado do Espírito Santo visando à elaboração do Plano Estadual de Habitação - PEHAB 2030. A atividade se insere no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços nº 004/2013 e dá início a Etapa II do Diagnóstico Habitacional preparando e motivando os agentes municipais para a participação. A atividade apresenta a metodologia e plano de trabalho proposto para o desenvolvimento do PEHAB, com destaque para o processo de participação dos municípios.

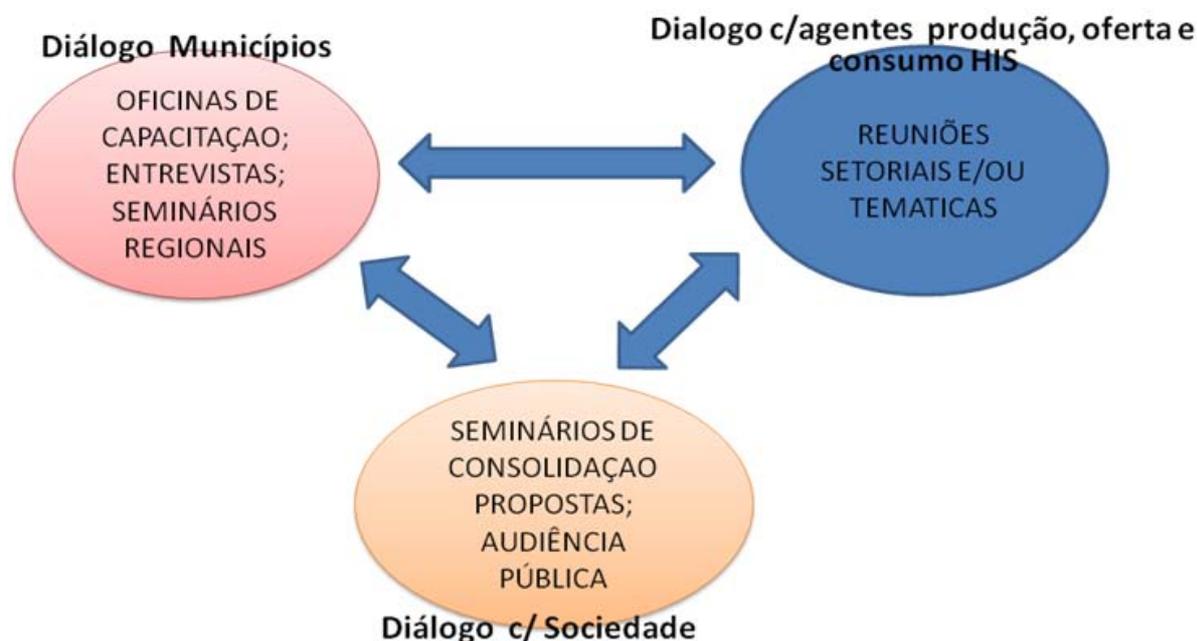
É objetivo da atividade, nivelar e uniformizar conceitos referentes ao método de elaboração e principais conteúdos instruídos pela Política Nacional de Habitação (PNH) incluindo o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), de forma a subsidiar o necessário debate sobre o papel que o Estado deverá representar no SNHIS.

De forma complementar, objetiva-se sensibilizar os municípios da importância de efetivar (concluir) sua adesão ao SNHIS, através do cumprimento do estabelecido pela lei 11.124/2005 que determina pela elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS). Considera-se oportuno instruir os municípios sobre as oportunidades da recente normativa urbanística estabelecida pelo Estatuto da Cidade, visando adequada gestão do solo urbano na promoção do direito à moradia e do direito universal à cidade.

Dentro desse processo de sensibilização e capacitação dos municípios destaca-se o objetivo metodológico de contar com o envolvimento ativo dos diversos agentes envolvidos com a produção e consumo da habitação de interesse social (HIS), e particularmente, dos gestores municipais, e de representantes da sociedade civil organizada na escala municipal. Para tanto foram apresentadas as instâncias de debate estabelecidas no Plano de Trabalho e um cronograma preliminar das atividades de debate previstas com tais agentes.

As instâncias de diálogo e o cronograma de reuniões propostas no Plano de Trabalho estão esquematizados na figura quadro seguintes.

Figura 1: Instâncias de Debate com Agentes Municipais e da Sociedade na Elaboração do PEHAB



Elaboração: Latus Consultoria/PEHAB 2030

Quadro 1: Cronograma das Atividades de Participação na Elaboração do PEHAB

ETAPAS	PRINCIPAIS ATIVIDADES		CRONOGRAMA
ETAPA 2 DIAGNÓSTICO (SISTEMATIZAÇÃO, ANÁLISES E CENÁRIOS)	CAPACITAÇÃO DOS MUNICIPIOS	DEZEMBRO	ABRIL
	REUNIOES SETORIAIS	FEVEREIRO	
	ENTREVISTAS MUNICIPIOS	JAN ./ FEV	
	SEMINARIOS TEMATICOS	MARÇO	
	ANALISES E CENARIOS	MARÇO	
ETAPA 3 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	PROPOSTA PRELIMINAR EQUIPES	ABRIL	SETEMBRO
	SEMINARIOS REGIONAIS	ABRIL/MAIO	
	SEMINARIO CONSOLID. PEHAB	JULHO	
	EVENTO ENTREGA	SETEMBRO	

Elaboração: Latus Consultoria/PEHAB 2030

1.2. Considerações sobre a organização e realização dos Seminários de Capacitação dos Municípios.

Para a realização dos Seminários de Capacitação dos Municípios atendeu-se o estabelecido no Termo de Referência que instrui o edital de contrato, o qual determina a capacitação dos 78 municípios em quatro sedes municipais, agregado as Regiões Administrativas de Planejamento estabelecidas pela lei 9.768/2011 na forma que segue.

Quadro 2: Distribuição dos Municípios por Sede de Capacitação

Município Sede	Municípios Abrangidos	Regiões administrativas de Planejamento
Nova Venécia	Ecoporanga, Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Vila Pavão, Mantenópolis, Águia Branca, Mucurici, Ponto Belo, Montanha, Pedro Canário, Pinheiros, Conceição da Barra, Boa Esperança, São Mateus, Jaguaré.	10 e 9
Colatina	Alto Rio Novo, Pancas, São Gabriel da Palha, Vila Valério, São Domingos do Norte, Governador Lindenberg, Marilândia, Baixo Guandu, São Roque do Canaã, Sooretama, Rio Bananal, Linhares, Aracruz, João Neiva, Ibirapuçu, Itaguaçu, Santa Teresa, Itarana, Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina.	8, 7 e 2
Vitória	Fundão, Serra, Cariacica, Viana, Vila Velha, Guarapari, Laranja da Terra, Afonso Cláudio, Brejetuba, Conceição do Castelo, Venda Nova do Imigrante, Domingos Martins, Marechal Floriano.	1 e 3
Cachoeiro do Itapemirim	Alfredo Principals, Anchieta, Iconha, Piúma, Rio Novo do Sul, Itapemirim, Marataízes, Presidente Kennedy, Castelo, Vargem Alta, Jerônimo Monteiro, Muqui, Atílio Vivácqua, Apiacá, Mimoso do Sul, Ibatiba, Irupi, Iúna, Ibitirama, Muniz Freire, Divino São Lourenço, Alegre, Dores do Rio Preto, Guaçuí, São José do Calçado, Bom Jesus do Norte.	6, 5 e 4

Fonte: Termo de referência PEHAB 2030

Em avaliação preliminar junto a Comissão de Gestão do Contrato da SEDURB, considerando a baixa participação dos agentes sociais em outros planos setoriais que a Secretaria vem desenvolvendo¹, optou-se pela realização de um evento único, por sede de município.

A atividade foi planejada de forma a promover um primeiro momento de capacitação e unificação de conceitos com o grupo total de participantes, gestores e sociedade organizada. Num segundo momento se previa a realização de atividades em separado, orientando os grupos com conteúdos e debates diferenciados para atender expectativas distintas. Entretanto, o propósito de separação dos grupos de gestores e sociedade organizada não se viabilizou, em nenhum dos quatro encontros, devido à pequena participação dos agentes sociais. Este fato deverá remeter à avaliação e definição de novas estratégias para as atividades participativas subseqüentes, visando ampliar a participação social.

A atividade foi realizada, na parte da manhã, conforme previsto, com apresentação dos conteúdos referentes à capacitação e apresentação da metodologia de elaboração do PEHAB; na parte da tarde foram formados grupos mistos, compostos por gestores e sociedade organizada, orientados a debater, à

¹ A SEDURB desenvolve atualmente os Planos de Mobilidade de municípios priorizados e o Plano de Gestão das Áreas de Risco.

luz do material apresentado e debatido na capacitação da manhã, o reconhecimento dos principais problemas e potencialidades locais e regionais.

O registro dos seminários realizados nos quatro municípios é apresentado neste documento, no Capítulo 2, e incluem para cada atividade realizada: (i) uma memória de reunião com o registro das principais temáticas trazidas no debate do grande grupo durante a capacitação e a síntese dos debates realizados nos pequenos grupos; (ii) a lista de presenças, (iii) e o registro fotográfico. Ao final do registro dos quatro municípios, insere-se o material didático apresentado para a capacitação e debate dos participantes durante a capacitação, uma cartilha distribuída no evento, complementar e de aprofundamento dos temas de maior relevância para a gestão urbano-habitacional de competência municipal. Inclui-se ainda o material de divulgação do evento (convites) e o modelo de certificado distribuído aos participantes.

Como primeira atividade envolvendo municípios, avalia-se bastante exitosa a participação alcançada, especialmente se considerada a histórica dificuldade de envolvimento da sociedade e mesmo dos gestores municipais em processos de planejamento definição de estratégias realizadas no âmbito estadual. Envolveram-se na capacitação 64 municípios que representam 64% do universo dos municípios do estado do Espírito Santo, e 149 pessoas correspondendo 83,8% ao grupo de gestores municipais e 16,2% da sociedade civil organizada, sendo esta parcela constituída na grande maioria do movimento rural.

Em relação aos resultados, a avaliação da atividade junto aos participantes apresenta índices de aprovação bastante satisfatórios. O Capítulo 3 apresenta essa avaliação dos participantes para o evento, primeiro considerada a totalidade do conjunto dos participantes e, na seqüência, considerado cada evento realizado.

Por fim, há que se destacar que, ainda que a finalidade da capacitação esteja estruturada em uma atividade inicial, considera-se que esta vai ser fruto de todo um processo que ocorre ao longo da elaboração do Plano. Tal processo deverá contribuir com a formação de agentes públicos e sociais comprometidos com a melhoria das condições de moradia de toda a população, e com a efetiva adesão dos municípios ao SNHIS, contribuindo para que as políticas locais sejam construídas e se implementadas em perfeita sintonia com as diretrizes da PNH e do SNHIS.

Finalizado o PEHAB-2030, pretende-se que mais agentes possam estar capacitados não só para garantir que a Política Habitacional Estadual tenha efetivamente sido construída na coletividade dos municípios e agentes da sociedade envolvidos com a HIS, mas para que possa também se estruturar como suporte e garantia de implementação da política e ações pelo PEHAB determinadas.

2. REGISTRO DA ATIVIDADE DE CAPACITAÇÃO POR SEDES MUNICIPAIS

2.1. REGISTRO DO SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO REALIZADO EM COLATINA

2.1.1. *Memória de Reunião*

PROGRAMAÇÃO: Manhã - Capacitação / Tarde - Atividades de Grupo

DATA: 02 de Dezembro/2013

LOCAL: Câmara de Vereadores do Município de Colatina

O encontro teve por objetivo apresentar o processo de elaboração do PEHAB nos aspectos referentes aos procedimentos metodológicos, sua finalidade e principais conteúdos que o Plano deverá contemplar. Para tanto foram introduzidos aspectos referentes a dinâmica de crescimento das cidades brasileiras e os aspectos de gestão e planejamento, bem como da política habitacional que contribuem e/ou incidem para a reversão do processo de produção excludente, periférico e carente que caracteriza a urbanização brasileira. Neste quadro foram destacadas as principais transformações ocorridas a partir do contexto jurídico-institucional que se consolida para efetivação dos princípios constitucionais pela nova normativa federal do Estatuto da Cidade e da Política Nacional de Habitação.

Num segundo momento foram introduzidos os referenciais metodológicos e conceituais relacionados ao quadro de necessidades habitacionais e referentes ao processo de elaboração dos planos habitacionais com ênfase no Plano de Trabalho construído para o PEHAB-2030 e a importância e o papel dos municípios na sua elaboração.

Foram convidados para esta atividade 21 municípios e se fizeram presentes 16. Participaram da oficina 47 pessoas. A representação da sociedade correspondeu a 23 % dos presentes, tendo grande representatividade o segmento rural.

Os debates e manifestações ocorreram durante a apresentação sendo os presentes instigados a participar e contribuir a partir do conhecimento e atuação local. Durante a apresentação foram destacados pelos participantes aspectos relacionados aos problemas habitacionais locais. Teve grande destaque a irregularidade das posses e propriedades, e as dificuldades para sua regularização, determinando pela urgência de uma política de regularização fundiária para a maior parte dos municípios presentes.

Destaca-se neste contexto a regularização fundiária que vem sendo promovida pelo município de Colatina com resultados numéricos bastante significativos o que remete à importância de espaços que promovem a troca de experiências entre municípios.

Neste mesmo sentido cabe registrar os avanços do município de Linhares na implantação das ZEIS e no entendimento da importância dos instrumentos de gestão do solo que auxiliam na obtenção da terra urbanizada adequada para as ações da política habitacional. A questão da localização inadequada e dificuldade de viabilizar terra para ações da política habitacional.

Outras manifestações realizadas durante esta etapa da capacitação remetem aos cadastros imobiliários, as demandas por regularização fundiária na forma pontual e em grande escala que dificulta procedimentos adequados para seu atendimento, da falta de informações e dificuldades nos processos de gestão do solo e da política habitacional neste novo contexto, também remetendo a importância da troca de informações e experiências.

Por parte das representações sociais, as questões destacadas revelaram dificuldades impostas pela atual política para o atendimento da demanda habitacional da área rural, que vão desde os procedimentos da regularização fundiária (de grande necessidade), aos limites impostos pelo financiamento, burocracia na documentação e comprovação de renda.

Linhares ainda registrou a pressão pelo atendimento de grupos sociais que vão além dos 3 salários mínimos apontando uma deficiência da política que remete ao município somente a demanda do grupo I. Sem concordância por parte da representante do município foi argumentado que o poder local pode sim induzir, pela política de gestão do solo, a uma produção de mercado que contemple esta parcela da demanda.

Em relação à produção social para a área urbana (financiamento entidades) foi destacada a persistência do quadro de falta de credibilidade dos agentes sociais, dificultando sua efetivação.

A totalidade dos conteúdos abordados é apresentada no PowerPoint que acompanha o conjunto dos relatos dos quatro municípios.

Na parte da tarde os participantes foram divididos em grupos em formato que distribuía a participação social, uma vez que esta foi bastante reduzida. Os grupos foram incitados a debater e definir aspectos negativos e positivos (ou conflitos e potencialidades) considerando os conteúdos apresentados relacionados ao papel do município, ao Plano Estadual, e às capacidades dos agentes sociais e privados.

Após o debate, cada grupo apresenta suas contribuições (em tarjetas que registram aspectos positivos e negativos), do que se obtém uma síntese preliminar agrupada nas temáticas seguintes. Sem o objetivo de uma avaliação mais aprofundada dos resultados, estes temas já apontam para questões prioritárias, e também revelam o grau de apropriação dos assuntos apresentados na capacitação.

1- Aspectos relacionados à gestão municipal:

- Necessidade de melhorar gestão dos municípios (e órgãos do Estado quando envolvidos) para agilizar a tramitação e aprovação dos projetos;
- Pouca capacidade de execução de projetos e para buscar financiamento; falta apoio e capacitação;
- Falta de planejamento e desarticulação das ações e políticas setoriais;
- As exigências técnicas para a aprovação de empreendimentos- muitas exigências e burocracia (dificuldade para municípios pequenos);

2- Aspectos da Política Nacional:

- Existência de recursos e do MCMV;
- Exigência do Trabalho técnico social = junto com a moradia ocorre a qualificação e autonomia das famílias;
- Exigência da política de que os empreendimentos habitacionais tenham estrutura urbana adequada e equipamentos públicos, promove melhoria na qualidade dos empreendimentos;
- O PNHR leva maior qualidade habitacional da moradia e promove a permanência do trabalhador rural se associada a incentivos;
- Os limites/abrangência da Política Nacional da demanda rural que não viabiliza atendimento dos meeiros e diaristas;

3- Aspectos referentes ao quadro de necessidades habitacionais e seu atendimento:

- Déficit habitacional elevado;
- Ocupação de áreas públicas, APPs áreas de risco, faixa de domínio de rodovias...
- As dificuldades para implementação das ações de regularização fundiária (insuficiente conhecimento técnico, amplitude do quadro de demanda, a irregularidade do rural, demandas pontuais e isoladas de difícil atendimento publico...)
- Experiências positivas na regularização fundiária e as oportunidades de troca de experiências (Colatina);
- A falta de fiscalização do programa MCMV = compromete qualidade do empreendimento (imóveis inacabados);

4- Acesso à terra:

- A valorização excessiva da terra urbanizada;
- A falta de utilização dos instrumentos do Estatuto da Cidade / Plano Diretor e regulamentação;
- Falta de definição de estratégias diversas de gestão do solo capazes de incidir na especulação imobiliária e redistribuição da terra (instrumentos EC – IPTU progressivo/Função Social da Propriedade; desapropriações, adequação dos padrões urbanísticos/aproveitamento e verticalização de áreas estruturadas...)

5- Oportunidades Territoriais:

- A uniformidade de alguns municípios na região – pouca área territorial e baixa densidade demográfica.

6- Aspectos relacionados à contribuição do Estado atual e da política a ser delineada pelo PEHAB:

- Negativo - o atraso do Governo do Estado na elaboração do PEHAB e na preocupação tardia com os problemas habitacionais de seus municípios;

- Positivo - a atual política de parceria dos municípios com o governo Estadual, especialmente para os municípios de pequeno porte;
- O Estado pode assumir e qualificar cadastro das famílias beneficiadas com programas habitacionais (articulação com banco de dados nacionais);
- Apoio para contratação de assistência técnica.

Ao final ainda houveram manifestações nos sentido da atividade realizada que vão desde o questionamento da participação do Estado no SNHIS considerada a descentralização e competência do município na implementação da política nacional; às críticas e elogias da atual política empreendida pelo estado do Espírito Santo. Foram expressivas as manifestações favoráveis ao evento e à elaboração do PEHAB.

Relato realizado por Arq. Jacqueline Menegassi

2.1.2. Listas de Presença

LISTA DE PRESENÇA

Atividade de trabalho referente à elaboração do Plano Estadual de Habitação/ES

Pauta: **SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARA O PEHAB**

Data: **02/12** Hora: **9:00hs** Local: **CAMARA VEREADORES COLATINA**

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1	Município de Itapetinga	Associação de moradores de Itapetinga	9899-4971 / 3177-7300	municipal@itapetinga.com.br
2	Município de Antônio Carlos	MARCELO DE CARVALHO	3882-18471	marcelo@antoniocarlos.com.br
3	Município de Colatina	Gilmar Carlos das Neves Lima	998173404	g.n.neves@colatina.com.br
4	Município de Itaperiçu	Associação de moradores de Itaperiçu	8114603	associa@itapericu.com.br
5	Município de Capão Bonifácio	SEMAZ	99944431	maiorboston@capaobonifacio.com.br
6	Município de Itapetina	MARIA SOUZA DA SILVA	96113319	Toryn_Silva@itapetina.com.br
7	Município de Santa Rita de Iguaraçu	Luiza Sancha Ribeiro	9935 7097	luiza@iguaracu.com.br
8	Município de Itapetina	Talita Kummer Belo	97440172	belo@itapetina.com.br
9	Município de Itapetina	Renata Amaro de Sales Severina	95056116	renata@itapetina.com.br
10	Município de Itapetina	Associação de moradores de Itapetina	3725-1300	associa@itapetina.com.br
11	Município de Itapetina	PMZ	9942 2495	leto@itapetina.com.br
12	Município de Itapetina	P.M. Itapetina	998447829	marcelo@itapetina.com.br
13	Município de Itapetina	Sindicato dos Trabalhadores	27-9639-3654	memorio1383@itapetina.com.br
14	Município de Itapetina	Associação da Silva Montepidris	27-99605-4008	selva@itapetina.com.br
15	Município de Itapetina	PMST - SMPZ	27 3259 3876	analise@itapetina.com.br

LISTA DE PRESENÇA
 Atividade de trabalho referente à elaboração do Plano Estadual de Habitação/ES

Pauta: **CAPACITAÇÃO MUNICÍPIOS**
 Data: **02/12** Hora: **08:30** Local: **CSMNAS MUNICIPAL COLATINA**

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1	Perceleie Gomes Marie Hartius	PML/HABITAÇÃO	07199970-4999	perceleie_fm@gmail.com
2	Márcia de Souza Aguzzi	PML/Habitação	99937-0236	marcia_aguzzi@hotmail.com
3	Maria Nilse Rodia Fugame	PML/Habitacao	33723488	habitacaoelinhas@es.gov.br
4	Fabio Ardizzone	Ger. Livros/Boas	3744-5214	engenharicapng@gmail.com.br
5	Simão da Cunha	PMAACUNY	98138-3858	PRINCILAC@GMAIL.COM
6	José Amelino de Oliveira	PM Acaçua F.M. Área com Suporte de Trabalho	99616-5114	josameu_je@hotmail.com
7	Alvares de Belarmino		997433223	ALVESIM@HOTMAIL.COM
8	Alfonso Gusilso da Silva	STR Poço Grande	99824-2404	str.aguiabranca@hotmail.com
9	Emmanuel Gelli da Silva	STR Água Fria	3795-3035	str.aguiabranca@hotmail.com
10	JANISLA V DELAT	STR M. TEIROS	3263-1776	STR5M1@HOTMAIL.COM
11	ORGE FRANCISCO ZAPTA	STR5209	997541164	99965512 @hotmail.com
12	Lous Teimiatto	STR Luhaus	99826-3500	lind.trabruais@ul.com.br
13	Ranille Bionchi	STR Luhaus	99828-1813	ranie.bacionchi@hotmail.com
14	FRANCISCO D. LOPES	PROF. MU. Colatina	99957-0609	miroz@ig.com.br
15	Gregório Bastos Silva	Colatina/Habitação	3177300	gabastos@hotmail.com

LISTA DE PRESENÇA
Atividade de trabalho referente à elaboração do Plano Estadual de Habitação/ES

Pauta: REUNIÃO COM OS MUNICÍPIOS
Data: 02/12 Hora: 14:00 Local: REUNIAO MUNICÍPIOS COLATINA

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1	Wilson Gonçalves de Lima	Sindicato dos Fidei. Juvenis Mombombas	998115266	stamont@gmail.com
2	Osair Moreira Cabral	montmorais	99651621	STP
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				

LISTA DE PRESEÇA

Atividade de trabalho referente à elaboração do Plano Estadual de Habitação/ES

Pauta: **SEMINARIO DE CAPACITAÇÃO MUNICIPAL COLATINA**

Data: **02/12** Hora: **08:30** Local: **SEMPAR MUNICIPAL COLATINA**

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1	Antonio Benar Ribeiro Spornovich	Colatina	3722-1543	zurlo@gmail.com
2	Valdir Dutra	Envio de e-mail	37445214	MAmbienti@psccp.com
3	DIVION JOSE CALVARI VOSS	P.M. COLATINA	999.041.369	divionvozz@hotmail.com
4	Priscila Pinto da Silva	P.M. COLATINA	3777-7300	PRISCIAPINTO@hotmail.com
5	FERNANDA MOTA GONCALLO	PMC/SEMAS	3177-7020	PSE@COLATINA-ES.OV.BR
6	Graci Pasqueira Galvani Cruz	PMST/SEMAS	3132583927	ASSISTENCIASOCIAL@SEMSTA.TELESF
7	Yovana Saeger Teixeira Pereira	PMST/SEMMA	313259-2122	yovadi.saa1@gmail.com
8	Emerson de Figueiredo	PM. Manipandua	(37) 3224 8959	e.falquetto@bp.com.br
9	Andréia Siqueira Soares	Projeto Urbano	(21) 3265 1992	andreuasiqueira@hotmail.com
10	Cláudia Bertoldi	PM Rio Bonaval	(21) 3265 1992	claudia@hotmial.com
11	Elione C. Alves Bastianello	SEMAS S.G. Palma	999474431	elionebastianello@yahoo.com.br
12	Luizimar Manoel Krause	SEMAS S.G. Palma	9 81246102	luizimanoelkrause@yahoo.com.br
13	Loiane Rompilh Ferrantes	SEMAS S. Silveira	999888938	loiane1@hotmail.com
14	Rogério Siqueira Gomes	São Domingos	54378890	rogferromex1@hotmail.com
15	Luiz Antônio de Mattos	STR COLATINA	998204789	lmatos@stra.colatina.com.br

2.1.3. Registro Fotográfico:



2.2. REGISTRO DO SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO REALIZADO EM NOVA VENÉCIA

2.2.1. *Memória de Reunião*

PROGRAMAÇÃO: Manhã: Capacitação / Tarde: Atividades de Grupo

DATA: 03 de Dezembro/2013

LOCAL: Centro de Convivência do Idoso do Município de Nova Venécia

Igualmente, o encontro teve por objetivo apresentar o processo de elaboração do PEHAB nos aspectos referentes aos procedimentos metodológicos, sua finalidade e principais conteúdos que o Plano deverá contemplar. Para tanto foram introduzidos aspectos referentes à dinâmica de crescimento das cidades brasileiras e os aspectos de gestão e planejamento, bem como da política habitacional que contribuem e/ou incidem para a reversão do processo de produção excludente, periférico e carente que caracteriza a urbanização brasileira. Neste quadro foram destacadas as principais transformações ocorridas a partir do contexto jurídico-institucional que se consolida para efetivação dos princípios constitucionais pela nova normativa federal do Estatuto da Cidade e da Política Nacional de Habitação.

Num segundo momento foram introduzidos os referenciais metodológicos e conceituais relacionados ao quadro de necessidades habitacionais e referentes ao processo de elaboração dos planos habitacionais com ênfase no Plano de Trabalho construído para o PEHAB-2030 e a importância e o papel dos municípios na sua elaboração.

Foram convidados para esta atividade os 16 municípios pertencentes às microrregiões 10 e 9, e compareceram 10 municípios. Participaram da atividade 28 pessoas. A participação social ficou restrita aos representantes do sindicato rural e correspondeu a 17 % dos presentes. Os debates e manifestações ocorreram durante a apresentação sendo os presentes instigados a participar e contribuir a partir do conhecimento e atuação local.

As primeiras manifestações ocorreram por parte dos representantes da área rural que registraram a usual ausência da questão rural na política habitacional registrando que tal fato se comprovava na falta de qualquer referência ao rural na cartilha apresentada, ainda que na abordagem já introduzida verbalmente o tema tivesse sido referido. Depois das muitas manifestações neste sentido a consultoria reconhece a insuficiente abordagem realizada e registra que, embora o desafio do rural tenha sido contemplado em termos de diretrizes tanto no Estatuto da Cidade como na Política Nacional da Habitação, os instrumentos para sua consecução foram, de início, insuficientemente abordados e somente alcançados pela própria mobilização do setor.

Após, foram destacados pelos participantes, aspectos relacionados aos problemas habitacionais locais, em processo de intensa troca de relatos e de experiências, revelando as principais problemáticas enfrentadas pelos municípios presentes. Também tiveram destaque neste encontro os aspectos relacionados à grande necessidade dos procedimentos para a regularização fundiária de áreas urbanas e rurais.

As ocupações em APPs e o registro das dificuldades de diálogo e tramitação das demandas municipais junto aos órgãos estaduais relacionadas ao licenciamento ambiental tiveram grande repercussão.

Aspectos relacionados à incapacidade de gestão e dificuldades de viabilizar (acessar) aos recursos disponibilizados pelos programas e financiamento federais, especialmente pelos municípios de pequeno porte, também foram registrados com destaque.

Também foram destacadas as oportunidades atuais. Nova Venécia demonstrou que vem atuando junto aos setores mais carentes inclusive com soluções para demanda de moradia. Foi destacada a importância de cadastros da demanda habitacional construídos de forma confiável. A política atual do Estado foi destacada por parte dos presentes pelo auxílio no atendimento da demanda habitacional nos municípios.

Pode-se ainda registrar que o debate em Nova Venécia teve grande incidência do setor rural que apontou as dificuldades do acesso ao financiamento decorrente: das exigências da documentação, dos limites dos recursos fornecidos (menores do que para a unidade urbana), e pela falta de titularidade da terra. Igualmente foi destacada a falta de alternativas para os trabalhadores rurais que não tem terra.

A totalidade dos conteúdos abordados na capacitação é apresentada no PowerPoint que acompanha o conjunto dos relatos dos quatro municípios.

Na parte da tarde os participantes foram divididos em grupos em formato que distribuía a participação social, uma vez que esta foi bastante reduzida. Os grupos foram incitados a debater e definir aspectos negativos e positivos (ou conflitos e potencialidades) locais, considerados os conteúdos apresentados relacionados ao papel do município, ao Plano Estadual, e às capacidades dos agentes sociais e privados.

Após o debate, cada grupo apresenta suas contribuições (em tarjetas que registram aspectos positivos e negativos), do que se obtém uma síntese preliminar agrupada nas temáticas seguintes. Sem o objetivo de uma avaliação mais aprofundada dos resultados, estes já apontam para temas/questões prioritários, e também revelam o grau de apropriação dos assuntos apresentados na capacitação.

1- Aspectos relacionados à gestão municipal:

- Terrenos inadequados utilizados pela política habitacional – pouca capacidade de gestão do solo;
- Melhorar critérios da seleção da demanda - seleção criteriosa das famílias mais necessitadas;
- Ampliar diálogo com sociedade civil organizada para fomento às parcerias com poder público no atendimento das demandas; viabilizar fóruns de discussão e debates;
- Carência de recursos humanos nas administrações municipais para enfrentamento do elevado quadro de necessidades habitacionais;

- Planejar/viabilizar mecanismos e ações que viabilizem maior oferta de solo urbanizado para a produção de HIS (parcelamento, questões licenciamento ambiental/Iema, vazios urbanos...)
- Adesão ao SNH e ao SEH para aproveitamento /acesso aos recursos;
- Necessidade de contrapartida municipal no financiamento habitacional;

2- Aspectos da Política Nacional:

- Oferta de projetos/empreendimentos habitacionais
- Demanda por maior investimento na área rural atendendo principalmente as famílias abaixo da linha de pobreza com financiamento total da habitação (material e Mão de obra);
- Melhorar Informação para os municípios (gestores e beneficiários) e maior suporte financeiro.
- Diferenças no financiamento das habitações urbana e rural/ dificuldades de acesso ao financiamento rural;

3- Aspectos referentes ao quadro de necessidades habitacionais e seu atendimento:

- Grande incidência de irregularidade fundiária (urbana e rural) nos municípios, com necessidade de qualificação das políticas para enfrentamento do quadro.
- Oportunidade da troca de experiências com municípios que vem atuando efetivamente (Colatina)
- Falta assessoria técnica para prefeituras e comunidades no atendimento da demanda;
- Atendimento da demanda no local – programas de regularização fundiária e saneamento das áreas;
- Regularização fundiária para as áreas rurais;

4- Aspectos relacionados à contribuição do Estado atual e da política a ser delineada pelo PEHAB:

- Demanda por maior investimento por parte do estado nas ações municipais e da política estadual;
- Investir/qualificar gestores municipais para a captação de recursos
- Inclusão da habitação rural no PEHAB.
- Falta acompanhamento na elaboração/execução dos projetos por parte do Estado (apoio)
- Criação de políticas específicas no PEHAB para comunidades tradicionais;
- Incentivo e apoio a organização coletiva (sindicato rural é um dos maiores incentivadores à produção habitação rural);
- Promover divulgação e treinamento das equipes municipais para obtenção e adequada aplicação dos recursos;

Relato realizado por Arq. Jacqueline Menegassi

2.2.2. Listas de Presença

LISTA DE PRESEÇA

Atividade de trabalho referente à elaboração do Plano Estadual de Habitação/ES

Pauta: SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - PEHAB
 Data: 08:30 Hora: 03/12 Local: CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO - NOVA VENÉCIA

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1	Alcalany Jairo Barbosa	Sindicato SIA	371922-9209	cheekelany@hotmail.com
2	Ubaldo Ferreira dos Santos	Associação STA	97389714	"
3	Carla Angélica S. G. Rodrigues	BAFEIRURA	9872-3498	Senasemont@yahoo.com.br
4	Ulucimara Gregorazzi Bette	"	96064484	"
5	Jeani Alves Sagna	Profissão Mestre		prof.jeani.bejeana@hotmail.com
6	Simone Cavatini	PMAB	3745-1408	simone_cavatini@hotmail.com
7	Ena Rosa Maria Felha	União Favelas	99975-4336	enarosa@maui.pt@gmail.com
8	Dandine Bezerra M. Abreu	SEMAS	3765-2576	dandinebezerra@hotmail.com
9	Quelciana Ellen Barros	CRAS	3765-2555	quelicianaellenbarros@hotmail.com
10	Sônia Capucho	SEMAS	3752-9029	sonia@novaVenecia.es.gov.br
11	Saryra Jey Raabe Faria	SEMAS	3752-9029	saryrajey@hotmail.com
12	Renata de Lima	União Favelas	3807-5989	otimim@hotmail.com
13	Ulcianete Souza da Silva	SEC. OBRAS	99947-3302	ALEDEIAS@GMAIL.COM
14	Renata Fernandes da Rocha Sutz	SEMAS	99846-1994	renatasutz@hotmail.com
15	Alzira Santos de Carvalho	SEMAS	99700-4156	AlziraCarvalho1993@hotmail.com



SECRETARIA DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
GOVERNADOR DO ESPÍRITO SANTO
CRESCER E COM A GENTE



Página de

LISTA DE PRESEÇA
Atividade de trabalho referente à elaboração do Plano Estadual de Habitação/ES

Pauta: SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO
Data: 03/12/13 Hora: 8:30 às 16:30 Local: NOVA VENÉCIA

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1	ELLEN RISSI FELTANIN	SEC. OBRAS	(27) 99728-1909	ELLENFELTANIN@HOTMAIL.COM
2	Shuffiana Nicoli	pu. Obras	(27) 99947-3346	fananicol@hotmai.com
3	Márcia Scheggia dos Reis	Habitacão	(27) 9823-1661	marceasp@ppc@hotmail.com
4	Garbrieli Carreira de Faria	Habitacão	(27) 99978-0847	Jubson.Faria@Africax.com
5	Carla Paula Milbrase Alves	SEMADS	(27) 3768-6537	carapaulafalves@Hot mail.com
6	Zimara Bemercio Taboas	SEMADS	(27) 3752-3030	social@moivenencia.es.gov.br
7	João Saldino Pereira	STR Esporões	99777-0114	joaoceperon@Globo.com.br
8	Sumara F. Ilumic	Habitacão	99893-1552	carriene.pereira@hotmail.com
9	Carmino de Angelo B.	Pipre Civil	99979-0710	amario@hotmail.com
10	Jonias Leonisio Santos	STR-Cac.B	99746-2939	S.T.R.C.B. @Hotmai.com
11	João Batista Neto	SMA5	99948-3242	JBUB5@hotmail.com
12	Jorge Deniel de Fssis	SMA5/HAB.	9 9915 3004	ASSISJD@HOTMAIL.COM.
13	Admin. Casaco	STR	99849 5813	STR@Valek Hotl.com
14				
15				

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.
Rua Olinda, 535/701 - Porto Alegre/RS - Fone/Fax: (51) 3279-0281 / (51) 8416-6261
www.latus.com.br - latus@latus.com.br

2.2.3. Registro Fotográfico:



2.3. REGISTRO DO SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO REALIZADO EM VITÓRIA

2.3.1. *Memória de Reunião*

PROGRAMAÇÃO: Manhã: Capacitação / Tarde: Atividades de Grupo

DATA: 05 de Dezembro/2013

LOCAL: Instituto Jones Santos Neves no Município de Vitória

O encontro teve por objetivo apresentar o processo de elaboração do PEHAB nos aspectos referentes aos procedimentos metodológicos, sua finalidade e principais conteúdos que o Plano deverá contemplar. Para tanto foram introduzidos aspectos referentes à dinâmica de crescimento das cidades brasileiras e os aspectos de gestão e planejamento, bem como da política habitacional que contribuem e/ou incidem para a reversão do processo de produção excludente, periférico e carente que caracteriza a urbanização brasileira. Neste quadro foram destacadas as principais transformações ocorridas a partir do contexto jurídico-institucional que se consolida para efetivação dos princípios constitucionais pela nova normativa federal do Estatuto da Cidade e da Política Nacional de Habitação.

Num segundo momento foram introduzidos os referenciais metodológicos e conceituais relacionados ao quadro de necessidades habitacionais e referentes ao processo de elaboração dos planos habitacionais com ênfase no Plano de Trabalho construído para o PEHAB-2030 e a importância e o papel dos municípios na sua elaboração.

Foram convidados para esta atividade 14 municípios e compareceram 10. Participaram da atividade 37 pessoas. A representação social ficou em cerca de 20%. Os debates e manifestações ocorreram durante a apresentação sendo os presentes instigados a participar e contribuir considerado o conhecimento e atuação no âmbito de cada município.

Os municípios participantes da atividade realizada em Vitória pautaram-se por questões bastante abrangentes e de conteúdo para a política a ser construída no âmbito estadual. A primeira manifestação foi da representante do movimento nacional de luta pela moradia (MNLN) que, reafirmando os aspectos introdutórios apresentados referentes à produção da cidade excludente e dos atuais mecanismos introduzidos pela nova ordem constitucional no sentido da reversão deste quadro e resgata a importância e o papel do movimento popular. Afirma a necessidade premente de agora implementar políticas e os instrumentos redistributivos da terra e dos benefícios da urbanização

Aspectos referentes à insuficiente capacidade de gestão do solo com fins de localização adequada da HIS foram destacados por vários participantes (como as ZEIS para novos empreendimentos, a falta de aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade já inseridos em Planos Diretores), associado a crítica das localizações dos projetos MCMV. As ZEIS de regularização fundiária também foram destacadas em relação à inadequação dos padrões urbanísticos estabelecido nas regulamentações.

A crítica também foi feita para procedimentos de gestão e planejamento que permanecem dissociados, para a falta de estrutura e de técnicos nos municípios

de menor porte, para a burla dos critérios no atendimento da demanda habitacional, aos cadastros sem capacidade de controle do efetivo atendimento das famílias....

A regularização fundiária foi novamente tema de destaque. Foram apontadas as dificuldades para sua implementação, especialmente no que extrapola a competência municipal como a relação com o registro de imóveis, e quando necessário o encaminhamento judicial. Neste sentido foram destacados avanços introduzidos com o Provimento 33, da Corregedoria Estadual, que normatiza procedimentos mais simplificados. Colatina foi mais uma vez citada pelo desempenho que vem obtendo nas suas ações de regularização.

Por parte das representações sociais houveram manifestações relacionadas ao desconhecimento, e dificuldades de inserção das entidades sociais na produção habitacional. As principais causas referidas foram a desinformação e a pouca mobilização neste sentido.

A totalidade dos conteúdos abordados é apresentada no PowerPoint que acompanha o conjunto dos relatos dos quatro municípios.

Na parte da tarde os participantes foram divididos novamente em grupos que distribuía a pequena participação social. Os grupos foram incitados a debater e definir aspectos negativos e positivos (ou conflitos e potencialidades) locais, considerando os conteúdos apresentados. Foi orientado que o debate pudesse alimentar aspectos relacionados ao papel do município, ao Plano Estadual, e às capacidades dos agentes sociais e privados.

Após o debate, cada grupo apresenta suas contribuições (em tarjetas que registram aspectos positivos e negativos) do que se obtém uma síntese preliminar agrupada nas temáticas seguintes. Sem o objetivo de uma avaliação mais aprofundada dos resultados, estes já apontam para temas/questões prioritários, e também revelam o grau de apropriação dos assuntos apresentados na capacitação.

1- Aspectos relacionados à gestão municipal:

- Necessidade de maior integração do Poder Público com os movimentos populares;
- Ampliação dos canais de participação;
- Descontinuidade das políticas públicas;
- Não cumprimento da legislação/ fiscalização/ dificuldades para fazer cumprir a lei;
- Criar instrumentos e mecanismos que promovam a sustentabilidade das ações da política habitacional (cadastros, políticas integradas para evitar expulsão...)
- Permanece visão restrita da política habitacional;
- Necessidade de maior controle da especulação imobiliária – adequada gestão do solo urbano com a implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade (potencialidade de formatação de banco de terras);
- Falta de integração das políticas setoriais;

- Necessidade de adequação das estruturas administrativas (Secretarias ou Departamentos), segundo população;
- Formação: Plano Diretor nas escolas publicas

2. Do quadro de necessidades habitacionais e seu atendimento:

- Alto déficit habitacional
- Grande demanda da inadequação pela carência de infra-estrutura e pela irregularidade fundiária;
- Numero expressivo de entidades da sociedade civil organizada atuando na provisão da moradia (urbano-rural);

3- Aspectos da Política Nacional:

- O fomento à produção social da moradia e à produção privada de HIS não pode isentar os municípios de assumir sua parcela da demanda;
- Existência hoje de ampla disponibilidade de recursos
- Articulação das políticas, em especial a obrigatoriedade do trabalho técnico social nas ações habitacionais e urbanas;
- Amplo material e estudos publicados que auxiliam na formação dos agentes institucionais e sociais;

4- Aspectos Territoriais:

- Características do processo de urbanização, que consolidou áreas informais pela produção espontânea;
- Potencialidade de formatação dos bancos de terras através da adequada gestão do solo- instrumentos e políticas.

5- Aspectos relacionados à contribuição do Estado hoje e na política a ser delimitada pelo PEHAB:

- Falta de prioridade na atuação do Conselho (fortalecimento).
- Sugestão de ampliação do programa de regularização fundiária da área rural do Governo do estado e da realização de projeto piloto - Água Doce do Norte;
- Fomento e capacitação dos municípios para a regularização fundiária;
- Criação de um sistema de cadastro estadual para a habitação;
- Considerar a diversidade regional e dos municípios;
- Efetivar inventário do patrimônio cultural relacionado à habitação urbana e rural;
- Viabilizar mais recursos (financeiros e de apoio à qualificação administrativa) para os municípios;
- Viabilizar a assistência técnica;
- Fortalecimento do papel gestor do poder público.

Relato realizado por Arq. Jacqueline Menegassi

2.3.2. Listas de Presença



Página de

SECRETARIA DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO - ES

GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

LATUS CONSULTORIA, PESQUISA E APOIO

LISTA DE PRESENÇA

Atividade de trabalho referente à elaboração do Plano Estadual de Habitação/ES

Pauta: **SEMINÁRIO CAPACITAÇÃO**

Data: **05.11.12** Hora: **08:30** Local: **INSTITUTO SONES - VITÓRIA**

Nº	REPRESNTAÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1	SEOURB	3636-5045	LETICIA.SILVA@SEOURB.ES.GOV.BR
2	SEMDUR/PMC	3346-6203	beth.gabriel@hotmail.com
3	SEMDUR/PMC	3346-6209	HELIOMAR_S@GMAIL.COM
4	SEMAS/Albino Claudio	9811-0882	gustavo.pires@oficinasociedadeis.gov.br
5	SEAG	9968-2938	agente.de.enclimato@cgma.il.com
6	SEURB-VITÓRIA	3636-5029	milena.pinais@seurb.vitoria.es.gov.br
7	DESA e UVI	09227744	DESA@CIVICYS-SEURB.VITÓRIA.ES.GOV.BR
8	SEMDUR/PMC/346-0203	346-0203	SEMUR.GH@hotmail.com
9	Securaphia/PE	9815-9330	urgaita@hotmail.com
10	SETAC	3261-1377	projeto.guarapani@gmail.com
11	PREF. SEMPLADE/VIANÁ	999648644	julianomotta@viana.es.gov.br
12	DRF	999436030	moussypanhufutaca@hotmail.com
13	SEC/ARJ	3251-2180	Francisco.DAKIASI@SEPLA
14	DESA/SEHAB	3291-2180	marcelo_silva@sehab.es.gov.br
15	SEMAPS/DN	2732683218	DESA@ADMINISSE.MARITIMO.ES.GOV.BR

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.
Rua Olinda, 535/101 - Porto Alegre/RS - Fone/Fax: (51) 3279-0281 / (51) 8416-6261
www.latus.com.br - latus@latus.com.br

LISTA DE PRESEÇA

Atividade de trabalho referente à elaboração do Plano Estadual de Habitação/ES

Pauta: SEMINÁRIO CAPACITAÇÃO

Data: 05/12 Hora: 08:30 Local: INSTITUTO SONES - VITÓRIA

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1	Valter Burzloff	PMLT (Cobras)	99074059	valterburzloff_2011@hotmail.com
2	Sirop Kill	PMLT (Planapanel)	99729-4504	siropkill@gmail.com
3	Anissa Silveira	SEAB/SERRA	96342089	anissa.oliveira@sema.es.gov.br
4	Luígia Damasceno de Lima	SEDURB	3636-5045	luigia.lima@sedurb.es.gov.br
5	ANA CELIA VERTS AZEVEDO	PMVV/SEMOUR	997774941	ana.celeia.verts@viva.es.gov.br
6	Elizangela Celestino	PMVV/SEMOUR	997205760	elizangela.cel@viva.es.gov.br
7	Bernadete Campagnaro	PMJNova	98128-6524	b.campagnaro@hotmail.com
8	Vagner P.S. Group	AHDTAES	99897349	vagner.aroupe@gmail.com
9	maria da lúcia de Souza	AHDTAES	998588047	maria.lucia@hotmail.com
10	Ela seafem	AHABITIAS	9904-6342	ELENESEALFONI@hotmail.com
11	maria clara da silva	MNLM/ES	32193569	
12	maria claus Pereira	MNLM/ES	99285718	clausperreira@yahoo.com.br
13	SOLJA G. WSKETH	SINBARQ/ESP	99965822	sonjagm@ethersig.com.br
14	Valéria	SEDURB/ES		valeria@sedurb.es.gov.br
15	Maiara Coutinho dos Santos	SETAC/ES	9738-2636 3261-1377	MAIARA.COUTINHO@SAHAB.es.gov.br

LISTA DE PRESENÇA

Atividade de trabalho referente à elaboração do Plano Estadual de Habitação/ES

Pauta: **SEMINÁRIO DE PARLITADO**
 Data: **05.11.7** Hora: **08:30** Local: **INSTITUTO SONES - VITÓRIA**

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1	Tatiana C. Borralho Pessoa	PMViana	2104.6763	habitacao@viana.es.gov.br
2	ITENE BEIA ROSSOIS	SFP/GMSIG	3686-4872	ivene.plozeja@es.gov.br
3	Maícollanora da Silva	MMLM	97418742	zara.pes.silva@es.gov.br
4	Virginia S. Monteiro Flores	IDURB	32330478	virginiamonteiro@idurb.es.gov.br
5	Bruna H. Gava Atoranga	IDURB	3233-0874	brunapitoranga@idurb.es.gov.br
6	Fêria Ruedes	SEAS	36363685	mucressoad@seas.es.gov.br
7	Mayara Barcellos Morbeck	SEOPB	32683142	planyamento@domingosmattini.es.gov.br
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				

2.3.3. Registro Fotográfico:



2.4. REGISTRO SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO REALIZADO EM CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM

2.4.1. *Memória de Reunião*

PROGRAMAÇÃO: Manhã: Capacitação / Tarde: Atividades de Grupo

DATA: 06 de Dezembro/2013

LOCAL: Faculdade de Direito de Cachoeiro do Itapemirim - ES

O encontro teve por objetivo apresentar o processo de elaboração do PEHAB nos aspectos referentes aos procedimentos metodológicos, sua finalidade e principais conteúdos que o Plano deverá contemplar. Para tanto foram introduzidos aspectos referentes à dinâmica de crescimento das cidades brasileiras e os aspectos de gestão e planejamento, bem como da política habitacional que contribuem e/ou incidem para a reversão do processo de produção excludente, periférico e carente que caracteriza a urbanização brasileira.

Verificada a presença de vários municípios de menor porte e que expressaram desconhecimento sobre as temáticas a serem apresentadas optou-se por uma dinâmica um pouco diferenciada dos demais encontros. Foi provocado um debate inicial sobre o enfrentamento dos problemas habitacionais das cidades em geral, e das localidades ali representadas. O debate foi motivador e permitiu a associação das questões levantadas com o novo quadro normativo-institucional hoje disponibilizado para os gestores e população.

Foram então abordados os conteúdos da apresentação referentes às transformações ocorridas a partir da Constituição Federal no que se refere a um novo contexto normativo da gestão urbano-habitacional consolidado no Estatuto da Cidade e no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Num segundo momento foram introduzidos os referenciais metodológicos e conceituais relacionados ao quadro de necessidades habitacionais e referentes ao processo de elaboração dos planos habitacionais com ênfase no Plano de Trabalho construído para o PEHAB-2030, destacando a importância e o papel dos municípios na sua elaboração.

Foram convidados para esta atividade 27 municípios e compareceram 14. Compareceram 37 pessoas, a quase totalidade representante das instituições públicas. Houve apenas uma representação da sociedade civil organizada correspondendo a 3% dos presentes.

As principais manifestações revelaram aspectos do território com grande incidência de APPs e declividades, que limitam as áreas com potencial de ocupação urbana e que acumularam, ao logo do processo de urbanização, a incidência de ocupações irregulares e precárias; a expressiva presença na região de municípios de pequeno porte populacional configurando um quadro regional de limitações nas estruturas administrativas; atuação emergencial nas ações da política habitacional descoladas de planejamento e articulação com outras ações sociais e de inserção econômica; dificuldades do atendimento na demanda

emergencial decorrente das situações de risco; falta de recursos para a defesa civil e município neste atendimento urgente; entre outras questões.

Mais uma vez a regularização fundiária aparece como entrave para acesso ao financiamento tanto na área rural como na área urbana; foram relatadas as dificuldades para enfrentamento do quadro de irregularidade (falta de informações, de técnicos capacitados, de mapeamentos adequados, de acesso aos recursos...)

Outras manifestações referem-se a dificuldades no campo da gestão política das questões urbano-habitacional: descompasso entre planejamento e a tomada de decisão; descontinuidade dos governos e ausência de uma política permanente (política de Estado); falta de prioridade para habitação e ausência de critérios no atendimento da demanda;

O Governo teve sua atuação no campo habitacional avaliada positivamente, mas foi muito fortalecido a necessidade de recursos e instrumentos para a capacitação e apoio aos municípios como eixo central a ser assumido pelo PEHAB.

Não houve participação direta dos setores organizados da área rural, mas foi informado que existe produção de moradia por meio do sindicato dos trabalhadores. Em relação à produção social para a área urbana (financiamento entidades) foi destacada a ausência de atuação.

A totalidade dos conteúdos abordados é apresentada no PowerPoint que acompanha o conjunto dos relatos dos quatro municípios.

Na parte da tarde os participantes foram divididos em grupos que foram incitados a debater e definir aspectos negativos e positivos (ou conflitos e potencialidades) locais, considerado os conteúdos apresentados relacionados ao papel do município, ao Plano Estadual, e às capacidades dos agentes sociais e privados.

Após o debate cada grupo apresenta suas contribuições (em tarjetas que registram aspectos positivos e negativos) do que se obtém uma síntese preliminar grupada nas temáticas seguintes. Sem o objetivo de uma avaliação mais aprofundada dos resultados, estes já apontam para temas/questões prioritários, e também revelam o grau de apropriação dos assuntos apresentados na capacitação.

1- Aspectos relacionados à gestão municipal:

- A inexistência ou inadequação das estruturas administrativas responsável pela habitação (insuficiente equipe técnica, pouca qualificação técnica, estrutura física inadequada, carência de instrumentos legais...);
- Adequação das estruturas relacionadas à temática urbano-habitacional ao porte do município;
- Licenciamento ambiental/ municípios não tem autonomia no licenciamento e Estado é muito moroso no atendimento da demanda;
- Comprometimento dos profissionais representantes dos municípios (potencialidade);

- Falta de recursos municipais (técnicos, administrativos e financeiros) para acesso ao financiamento disponibilizado.

2- Aspectos referentes ao quadro de necessidades habitacionais e seu atendimento:

- Grande número de ocupações irregulares, em áreas de APP, em locais inadequados...
- A expressiva demanda por regularização da titulação (urbana e rural);
- Ausência de programas ou ações de regularização das posses e das propriedades.

3- Aspectos da Política Nacional:

- Disponibilidade de recursos;
- Exigência do trabalho técnico social qualificando as políticas locais;
- O programa MCMV Rural;
- Falta de terra dos municípios para aderir ao programa na área urbana e falta de titulação das propriedades rurais;
- Parceria entre as três esferas governamentais;
- Dificuldades de participação e acesso aos recursos para os agentes sociais.

4- Aspectos Territoriais:

- Os limites físicos do território – grande incidência de APPs e acentuadas declividades;
- Maioria dos municípios de pequeno porte – (problemas de menor monta e mais fácil solução)

-

5- Aspectos relacionados à contribuição do Estado atual e da política a ser delineada pelo PEHAB:

- Promover assessoria técnica e capacitação para os municípios;
- Viabilizar financiamento;
- Apoiar a regularização fundiária e ações emergências da defesa civil com linha de fácil financiamento;
- Estado ausente.

Relato realizado por Arq. Jacqueline Menegassi

2.4.2. Listas de Presença



Página de

LISTA DE PRESEÇA

Atividade de trabalho referente à elaboração do Plano Estadual de Habitação/ES

Pauta: SEMINÁRIO CAPACITADOR
 Data: 06/12 Hora: 08:30 Local: CACHOEIRO STAPEMIAM

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1	MARCELO ZAVETTE	P. M. VAREE MTM	(28) 3528 1177	ZAVETTE-marcelo@gmail.com
2	PAULO Cezar da SILVA	P. M. Rio Nove do Sul	(28) 99984-4652	JEFESACIVIL@RIONOVODOSUL.ES.GOV.BR
3	Carolina Lobato	P.H. Rio Nove do Sul	(28) 99935 5443	carolinamalobato@outlook.com
4	Amimar de Paula Viana	PM Japerimum	(28) 98807 7369	amimar.viana@hotmail.com
5	Paulo Cesar Fabras de Jesus	PM Itapemirim	Unisa 28 999334108	zaucofabras@gmail.com
6	DIVINO Sergio Nicolau	PM Anitiz Mirim	(28) 99915-8199	divino.nicolau@itapemirim.com
7	Robelia da Ronda Guinher	P.M. Alpedochão	(21) 9 9322-2076	justinguiher@gmail.com
8	Dyana Fegini Chidra	P.M. Alpedochão	(21) 3269-2743	dyana.viana@hotmail.com
9	MILENA PARISSO DONS	SEDEX	(27) 2636-5029	milena.pariisso@setub.es.gov.br
10	morilena traucoso Pontes	PM Archanjo/RS	(28) 3586.3772	gustavo.suas.pms@hotmail.com
11	Neiziane Moraes da Lucijacação	PM Anchieta/RS	3536-9634	speciamenior@hotmail.com
12	Rhinea Alcampolo Freede	PM I. SEMIASI	(28) 99959-7178	speciamenior@hotmail.com
13	Vânê RoseiêDES	PM I. Firatizica/RS	(28) 3569 1391	nao@socialibitirama@bel.com.br
14	PAULO Ney FERREIRO DA SILVA	CONCEIO HABITAÇÃO	(28) 98113-1300	v.nodrigues@yaho.com.br
15	LETICIA Maria ANDRÉS ROCHA	PM CASTELO	(28) 3542-8525	leticia.pms@yahoo.com.br

CASTELO

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.
 Rua Olinda, 535/101 – Porto Alegre/RS – Fone/Fax: (51) 3279-0281 / (51) 8416-6261
 www.latus.com.br – latus@latus.com.br

LISTA DE PRESENÇA
Atividade de trabalho referente à elaboração do Plano Estadual de Habitação/ES

Pauta: SEMINÁRIO CIDADANIA
Data: 06/12 Hora: 08:30 Local: CACHOEIRO ITAPERMIAM

MUNICÍPIO	Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
en para até	1	Ingrid Redutga da Silva	SMA S	(28) 19974 8874	ingridkotta@hotmail.com
Guacuí	2	Luizma R. Pinna	SMA S/DH	(28) 19989-2989	lufornas15@gmail.com
Bastelo	3	Fluennq Chica Fonseca	SMA S	(28) 9 9986-2877	fluennq@gmail.com
Bom Jesus do Itai	4	Eduardo Alves de Souza Silva	SEMPAD	(28) 99924-6656	edu-falbo@hotmail.com
1)	5	Yllian da Silva Antunes	1)	(28) 19984-5761	yllianantunes@igol.com.br
	6	PAULO NEY FERREIRA DA SILVA	SEMUTNA	(28) 198113-1300	PNF5@UOL.COM.BR
IBITIRAMA	7	Vânia / Rodrigues	PREFEITURA	(28) 35691255	v.rodrigues12@yahoo.com.br
1)	8	MIGUEL ARANGÉLO DE ALMEIDA	SEMASI	(28) 35691391	arangoelobitirama@bol.com.br
Vimosa/Sul	9	Jose Renato Rodrigues	SMA S	(28) 3555 1333	prmsul@yahoo.com.br
ICONHA	10	Silviana Sousa de Santana	SEMPADES	(28) 35374-2920	beemad@iscnha.es.gov.br
Guacuí	11	Isiane Flávia Pinheiro Plundouca	CRAS/Guacuí	(28) 3553 1514	isiane25@hotmail.com
Munqui	12	Engenira de Barras e Barros Miguira	SEMAS/Munqui	(28) 3554-2441	beemad@munqui.es.gov.br
	13	Rafaela da Conceição Binoti Ribeiro	SEMAS/Munqui	28 3554 2441	rafaela_binoti@yahoo.com.br
	14	Jamaine Camello Pheun Folco	SEMAS/Munqui	28 3555 4178	jamaina2007@yahoo.com.br
Cachoeira	15	Aline Aidi F. de Lima Freitas	SEMUTHA	(28) 3511-4274	SEMUTHA.ALINE.AIDI@cachoeira.es.gov.br



LISTA DE PRESENÇA
 Atividade de trabalho referente à elaboração do Plano Estadual de Habitação/ES

Pauta: SEMINÁRIO ESPÍRITAS
 Data: 06/12 Hora: 08:30 Local: CACHOIÃO STAREMIRIM

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1	QUÍTEQUENE XAVIER ROCHA	PINC - SENIORS	(78) 3512-6161	seniors.pinc@gmail.com
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				

CASTELO

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.
 Rua Olinda, 595/101 - Porto Alegre/RS - Fone/Fax: (51) 3279-0281 / (51) 8416-6261
www.latus.com.br - latus@latus.com.br

2.4.3. Registro Fotográfico:



2.5. APRESENTAÇÃO UTILIZADA PARA PROMOÇÃO DA CAPACITAÇÃO E DEBATES

PORQUE UM PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO?



PEHAB 2030

PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO - ES

ATIVIDADE DE CAPACITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS:
NIVELAMENTO DE CONCEITOS E METODOLOGIA TRABALHO

DEZEMBRO 2013



CONSULTORIA, PESQUISA E
ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.

SECRETARIA DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO URBANO



ESTADO DO
**ESPIRITO
SANTO**
CRESCER É COM A GENTE

PROGRAMAÇÃO

1. Porque Fazer um Plano Estadual de Habitação? O Papel dos Estados no SNH...
2. A participação dos Municípios na elaboração do PEHAB: Metodologia, Conceitos e Desafios...
3. Dinamica de Grupos (tarde): gestores e sociedade organizada: limites e oportunidades locais



ESTADO DO
**ESPIRITO
SANTO**
CRESCER É COM A GENTE



LATUS
CONSULTORIA, PESQUISA E
ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.

Sistema Nacional de Habitação

1.





A produção excludente do espaço urbano

estruturação urbana e localização:

CENTRALIDADES E PERIFERIAS

- Edificações,
- Serviços.
- Infra-estrutura.....

BENEFÍCIOS URBANOS



ESCASSEZ E DEGRADAÇÃO



falta de planejamento??

**GRADIENTE DO PREÇO DA TERRA:
DISPUTA DAS ATIVIDADES NO USO DO SOLO**

A produção excludente do espaço urbano

idades desordenadas e excludentes

**PRODUTO DE UM MODELO DE
DESENVOLVIMENTO URBANO-RURAL
EXCLUDENTE**

**E DE UM MODELO DE PLANEJAMENTO E
GESTÃO URBANA EXCLUDENTE**




A produção excludente do espaço urbano

Cidade como Espaço de Disputa



Melhores localizações;
 Maior oferta de serviços e equipamentos;
 Maior acessibilidade;
 Proximidade a polos atrativos; ...

falta de planejamento??



A produção excludente do espaço urbano

falta de planejamento das cidades??

- 1. Planos Diretores e Zoneamento:**
 MODELOS IDEALIZADOS DE CIDADE X CAPACIDADE DE INVESTIMENTOS
 VAZIOS URBANOS SUBUTILIZADOS X ESCASSEZ DO SOLO PARA HIS
- 2. Separação entre o planejamento urbano e os processos de gestão urbana**
 FRAGMENTAÇÃO GESTAO E VISAO SETORIZADA
- 3. Apenas parte dos interesses representados:**
 INTERLOCUTORES TRADICIONAIS NO PLANEJAMENTO E GESTAO DO SOLO




Novos contextos para a política urbana e habitacional

novos contextos para política urbana:

CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM URBANÍSTICA INDUTORA,
REDISTRIBUTIVA, PARTICIPATIVA E INCLUSIVA

função social da propriedade

integração das políticas

participação e capacitação dos agentes

inversão de prioridades no investimento

complementariedade urbano-rural



Novos contextos para a política urbana e habitacional

argumentos:



função social da cidade e da propriedade urbana

A gestão urbana e as normas urbanísticas podem **REFORÇAR** a lógica excludente e concentradora do mercado ou **INCIDIR PARA A REVERSÃO** desta lógica.



maior capacidade reguladora e indutora do pp



Novos contextos para a política urbana e habitacional

argumentos: **Democratização da gestão**



Os instrumentos de participação ajudam a democratizar a tomada de decisão à medida que estabelecem mecanismos transparentes, conhecidos e legitimados pelos diferentes setores da sociedade, dando oportunidade para que diferentes grupos e interesses se façam representar rompendo com práticas clientelistas.



↓

Planos Diretores = Instâncias Participativas/Pactos Territoriais




Novos contextos para a política urbana e habitacional

argumentos:

A Integração e complementariedade entre as atividades urbano-rural...

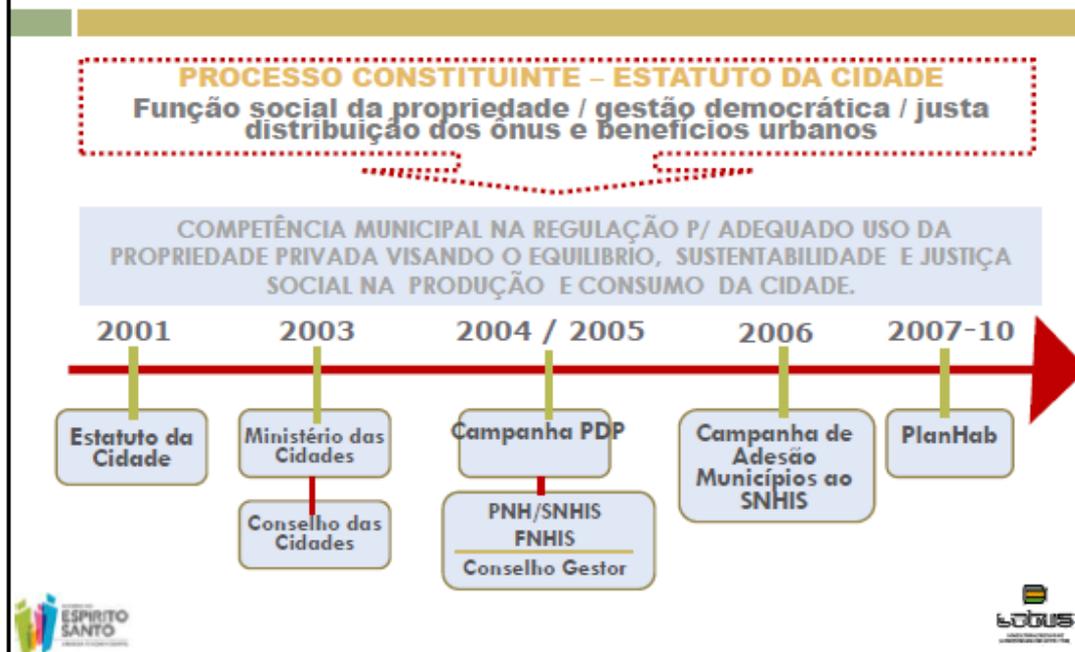
↓

Planos Diretores Participativos = território municipal I

?? (ainda um desafio...)




O novo quadro normativo e institucional



A Política Nacional de Habitação

Dois momentos:

1964:	HABITAÇÃO = ABRIGO
	PRODUÇÃO HABITACIONAL = POLÍTICA ASSISTENCIALISTA
1988:	HABITAÇÃO = MORADIA = DIREITO
	PRODUÇÃO HABITACIONAL = CONSTRUÇÃO DE CIDADE

A Política Nacional de Habitação

PNH (2004): DOCUMENTO ESTRATÉGICO COM FORTE EIXO DE INTEGRAÇÃO À POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO:

Novos conceitos: moradia inserida no urbano e agentes



preservação do ambiente
terra **saúde**
praças, escolas...
emprego
transporte
água, esgoto, luz...

princípios/objetivos

- poder público fortalecido**
- gestão democrática**
- habitação como prioridade**
- qualidade e quantidade**
- controle do uso do solo**
- garantia do acesso à terra**
- urbanização de assentamentos precários**

Agentes: Poder Público, Comunidades, Empreendedores, Cooperativas

↓

Financiamento



O Sistema Nacional de Habitação

ESTRUTURA PNH/INSTRUMENTOS:

1. Desenvolvimento Institucional:
2. Sistema Informações, Avaliação e Monitoramento:
3. Sistema Nacional de Habitação (lei 11.124/2005):
4. Plano Nacional de Habitação:

OBJETIVOS DO SNH:

GERENCIAR E MONITORAR
implementação da Política Nacional de Habitação e do Plano Nacional de Habitação
INTEGRAR
Ministério das Cidades; Conselho Nacional das Cidades e os Estaduais, do Distrito Federal e Municipais; o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social; o Conselho Curador do FGTS; e outros
agentes financeiros, promotores e técnicos
CONTEMPLAR A DIVERSIDADE
Regional Brasileira Grupos Sociais
ATUAR DESCENTRALIZADO
Atuação descentralizada no território, democrática e participativa.



O Sistema Nacional de Habitação

SUBSISTEMA DE HABITAÇÃO DE MERCADO	SUBSISTEMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
<p>reorganização do mercado privado de habitação</p> <p>ampliação das formas de captação de recursos</p> <p>estímulo à inclusão de novos agentes</p>	<p>garantir ações que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda que compõe a quase totalidade do déficit habitacional do País</p>
<p>atender parcelas significativas da população que hoje estão sendo atendidas por recursos públicos</p>	<p>promover prioritariamente o acesso das famílias de baixa renda, de acordo com as especificidades regionais e perfil da demanda</p>
<p>  Poupança (SBPE) Certificados de Recebíveis Imobiliários (mercado de capitais) </p>	<p>  RECURSOS ORÇAMENTAIS E NÃO ORÇAMENTAIS FNHIS, FGTS, PAT, ... </p>



Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social



Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

Lei 11.124/2005: Para acessar aos recursos do FNHIS, o município ou Estado tem que ter:

Termo de Adesão ao SNHIS	Documento formalizando a parceria e a integração entre o ente federado e a União
Fundo Local de Habitação de Interesse Social	Fundo de natureza contábil que tem como objetivo centralizar e gerenciar recursos orçamentários destinados à execução de programas habitacionais de interesse social.
Conselho de Habitação de Interesse Social	Conselho de natureza participativa, que deve envolver entidades públicas e privadas, bem como segmentos da sociedade ligados à área da habitação
Plano de Habitação de Interesse Social	Documento de planejamento estratégico da política habitacional local com foco principal na habitação de interesse social



IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES DA PNH



O Plano Nacional de Habitação

Finalidade:

formular uma estratégia de longo prazo para equacionar as necessidades habitacionais do País, direcionando, da melhor maneira possível, os recursos existentes e a serem mobilizados

Objetivos:

- Melhorar as condições de habitabilidade dos assentamentos precários;
- Ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais;
- Fortalecer capacidade técnica e institucional dos agentes públicos e privados na área de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional;
- Aperfeiçoar e consolidar os instrumentos e mecanismos para a implementação da PNH



O Plano Nacional de Habitação

Princípios do redesenho do financiamento:

Priorizar o atendimento às famílias dos Grupos I e II

Alocar geograficamente os recursos

Dimensionar os prazos de financiamento e os níveis de comprometimento de renda

Compatibilizar as capacidades financeiras c/ produtos através de subsídios

Contar com a participação própria do beneficiário (financeira, mão-de-obra ou outra)

Combinar recursos e esforços federais com recursos e esforços nos níveis estadual e municipal (contrapartidas)

Estimular a participação de entidades de classe e movimentos organizados

Inserir o componente da assistência técnica sempre que soluções de auto-construção cestas de materiais forem utilizadas



O Plano Nacional de Habitação

Visão estratégica sobre os 4 eixos estruturadores da PNH:

Modelo de financiamento e subsídios	garantir recursos para a urbanização e para a produção massiva de unidades novas, com foco nas faixas de baixa renda onde se concentram as necessidades habitacionais.
Política urbana e fundiária	acesso à terra urbanizada, legalizada e bem localizada para a provisão de habitação de interesse social na escala exigida pelas metas do PlanHab.
Novo Desenho Institucional	Implementar o SNH e consolidar o modelo descentralizado da PNH (articulação, participação e controle social).
Cadeia produtiva da construção civil	Aumento da escala de produção de insumos e produtos finais da construção civil, produtos adequados à demanda, ampliação do acesso ao crédito, envolvimento agentes sociais

... VAI ORIENTAR A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E NORTEAR A ELABORAÇÃO DOS PLHIS E PEHIS



Um Plano Estadual - Porque?

2.



PEHAB 2030
PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO - ES

O Plano Estadual de Habitação

No processo de transição de uma política habitacional centralizada no governo federal para uma cuja marca é a autonomia municipal – graças ao pacto federativo da Constituição Federal – o lugar dos estados não está muito claro. Se ao governo federal cabe estabelecer diretrizes gerais e conceder financiamentos e, aos municípios, cabe a execução da política, superando os problemas locais, **QUAL DEVE SER O PAPEL DOS ESTADOS NESSA ESTRUTURA?**



ART 17: “Os Estados que aderirem ao SNHIS deverão atuar como **ARTICULADORES DAS AÇÕES DO SETOR HABITACIONAL NO ÂMBITO DO SEU TERRITÓRIO**, promovendo a integração dos planos habitacionais dos municípios aos planos de desenvolvimento regional, coordenando atuações integradas que exijam intervenções intermunicipais, em especial em áreas complementares à habitação, e dando apoio aos municípios para a implantação de seus programas habitacionais e das suas políticas de subsídios”



Lei 11.124/2005:

O Plano Estadual de Habitação

Plano Estadual de Habitação
de Interesse Social

Documento de planejamento estratégico da política habitacional local com foco principal na habitação de interesse social

O QUE É?

É um conjunto de objetivos e metas, diretrizes e instrumentos de ação de intervenção que expressem o entendimento dos governo e dos agentes sociais a respeito da maneira como deve ser orientado o planejamento do setor habitacional.



O Plano Estadual de Habitação

O QUE E PORQUE?

Plano Estadual de Habitação de Interesse Social:

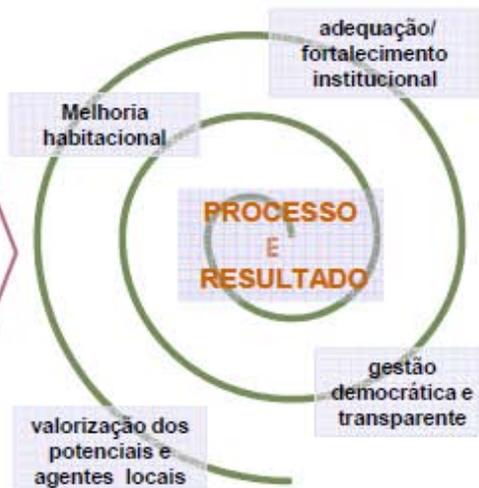
- ✓ **OBRIGATORIEDADE:** o PEHIS é um dos requisitos básicos para acesso aos recursos do FNMIS;
- ✓ **DEBATE ESTRATÉGICO:** deve explicitar o conjunto de objetivos, diretrizes e metas que orientem as ações do Governo do Estado, de municípios e de agentes sociais para que a população mais vulnerável e de mais baixa renda tenha acesso à moradia digna;
- ✓ **INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO:** vai definir diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos/ orientação dos planos plurianuais de investimento;
- ✓ **ARTICULAÇÃO:** progressiva com planos locais e regionais de HIS; com Planos Setoriais do Estado.



O Plano Estadual de Habitação

OBJETIVOS:

- universalizar o acesso à moradia e à terra urbanizada
 - urbanização, regulação e inserção dos assentamentos precários;
 - produção habitacional com melhoria da produtividade e qualidade do produto;
-
- Integrar, articular e mobilizar os diferentes níveis de governo e fontes de recursos;
 - interface com as políticas estratégicas de planejamento e desenvolvimento do Estado;
 - Fortalecimento do papel do Estado na gestão da Política Habitacional e na regulação.
 - gestão participativa e plural;
 - sistema de informação;
 - desenvolvimento institucional;



O Plano Estadual de Habitação

ETAPAS DE ELABORAÇÃO:

1. plano de trabalho/metodologia

etapas e estrutura de trabalho

2. Diagnóstico e cenários

Transdisciplinar, integral, integrado

3. estratégias de ação

diretrizes, objetivos programas, ações metas, recursos, financiamento, monitoramento.

Objetivos metodológicos

- ✓ Participação dos segmentos sociais
- ✓ Participação dos agentes da produção habitacional
- ✓ Envolvimento dos gestores
- ✓ Articulação com Planos Municipais
- ✓ Integração de distintas visões
- ✓ Comunicação/acesso à informação



O PEHAB - Porque fazer?

ACESSO AOS RECURSOS + VISÃO ESTRATÉGICA!

ALTERNATIVAS DE ATUAÇÃO ESTADO:

1. Produção habitacional
2. Financiamento aos Municípios
3. Apoio Institucional (operacional e técnico)
4. Aperfeiçoamento Informações
5. Gestão das áreas do Estado
6. Promoção de ações estratégicas complementares habitação (saneamento infraestrutura, meio ambiente...)



ESTABELECEMOS QUAL O PAPEL DO ESTADO NO SNHIS



DEFINIMOS QUAL O PAPEL DA POLÍTICA HABITACIONAL NO DESENVOLVIMENTO DO ES



PEHAB - Conceitos, Metodologia e Desafios

3.



Referencias Conceituais e Metodológicas

Necessidades Habitacionais :

DEMANDA ACUMULADA

Refere-se às famílias que não têm moradia ou cuja moradia não atende às necessidades mínimas da família.



+

DEMANDA FUTURA

Refere-se à necessidade de moradia para atender ao crescimento da população – crescimento vegetativo ou resultado de migração.




Referencias Conceituais e Metodológicas

Conceitos trabalhados pela FJP

Necessidades Habitacionais :

DÉFICIT **+** **INADEQUAÇÃO**

Representa a necessidade de **REPOSIÇÃO e INCREMENTO** do estoque de moradias existente
OU SEJA: A NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DE MAIS CASAS!

Representa a necessidade de **ADEQUAÇÃO** da moradia existente
OU SEJA: A NECESSIDADE DE MELHORAR A MORADIA!




Referencias Conceituais e Metodológicas

Conceitos trabalhados pela FJP

Déficit por reposição do estoque:

DOMICILIOS RUSTICOS

Não apresentam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, o que resulta em desconforto para seus moradores e risco de contaminação por doenças.



Referencias Conceituais e Metodológicas

Conceitos trabalhados pela FJP

Déficit por incremento do estoque:

1. COABITAÇÃO FAMILIAR FORÇADA

Quando a coabitação não é uma opção.



**Mais de
uma
familia
na
mesma
casa**

2. DOMICILIO IMPROVISADO

Quando a familia vive num local que originalmente não tinha fins residenciais.

3. SITUAÇÕES DE ALUGUEL:

- Com Ônus Excessivo: (familias c/renda familiar de ate 3SM que despendem com aluguel 30% da sua renda)
- Com Adensamento Excessivo: (domicilios c/mais de 3 moradores/comodo)



Referencias Conceituais e Metodológicas

Conceitos trabalhados pela FJP

Inadequação:



Falta de acesso ao Financiamento;
Tem inviabilizado o MCMV...

INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA - casos em que os moradores declaram a propriedade da moradia, mas não têm o título (escritura) do terreno.

FALTA DE BANHEIRO NO DOMICILIO (de e uso exclusivo)

CARENCIA DE INFRA ESTRUTURA

- Domicilios que não dispoe de pelo menos um dos serviços basicos (rede de abastecimento água; esgoto sanitário ou fossa séptica; energia elétrica, coleta de lixo.



Referencias Conceituais e Metodológicas

Conceitos trabalhados pela FJP

inadequação

ADENSAMENTO URBANO EXCESSIVO - ocorre quando a casa é muito pequena para o tamanho da familia, fazendo com que durmam mais de três pessoas no mesmo cômodo.



COBERTURA INADEQUADA - domicilios em que a cobertura não seja feita de telha, laje de concreto ou madeira aparelhada.



OU OUTRA NECESSIDADE DE REFORMA???



Referencias Conceituais e Metodológicas

Necessidades Habitacionais :

FOCO NOS ASSENTAMENTOS PRECARIOS:

Assentamentos Precários Urbanos: aglomerados de moradias precárias com concentração populacional excessiva e que não dispõem de serviços básicos, especialmente saneamento. A posse da terra é informal e as condições de moradia são ruins. Muitas vezes tem origem em uma ocupação de área pública ou privada ou em um loteamento clandestino, ou seja, um loteamento não aprovado pela Prefeitura.

Na cidade, um assentamento precário é reconhecido por constituir-se como um núcleo – um bolsão – de pobreza e vulnerabilidade social. Seu tamanho pode ser variado e sua localização pode ser periférica ou mais central.

- Aglomerados subnormais (IBGE)
- Ocupações informais (Municípios)
- Setores de vulnerabilidade social (Municípios)
- Areas de risco (defesa civil/CPRM)



Matriz nacional da distribuição de déficit.

Referencias Conceituais e Metodológicas

Referências PlanHab

Necessidades Habitacionais :

GRUPOS DE DEMANDA: O QUE É HIS?

	Condições de Acessar ao Financiamento	Fontes de Recurso	Distribuição do Déficit Acumulado
Grupo I	Famílias com renda líquida abaixo da linha de financiamento	FNHIS	40%
Grupo II	Famílias que acessam ao financiamento habitacional, mas que requerem subsídio de complemento e equilíbrio	FGTS/FNHIS Financiamento com subsídio	54%
Grupo III	Famílias que podem acessar ao financiamento, com subsídio de equilíbrio	FGTS Financiamento com desconto	2%
Grupo IV	Famílias com capacidade de assumirem financiamento habitacional	FGTS	4%
Grupo V	Famílias com capacidade de acesso a um imóvel através de financiamento de mercado	SBPE	



Referencias Conceituais e Metodológicas

Referências PlanHab

Necessidades Habitacionais :

DIVERSIDADE = TIPOLOGIAS DE MUNICIPIOS:

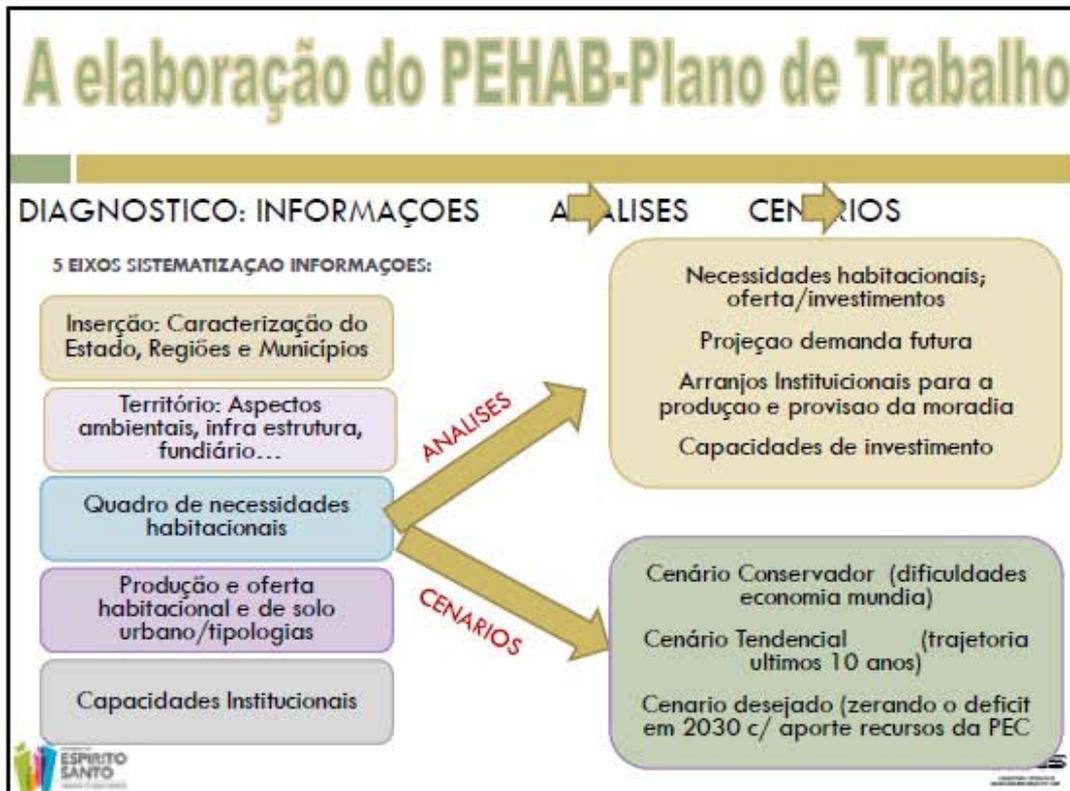
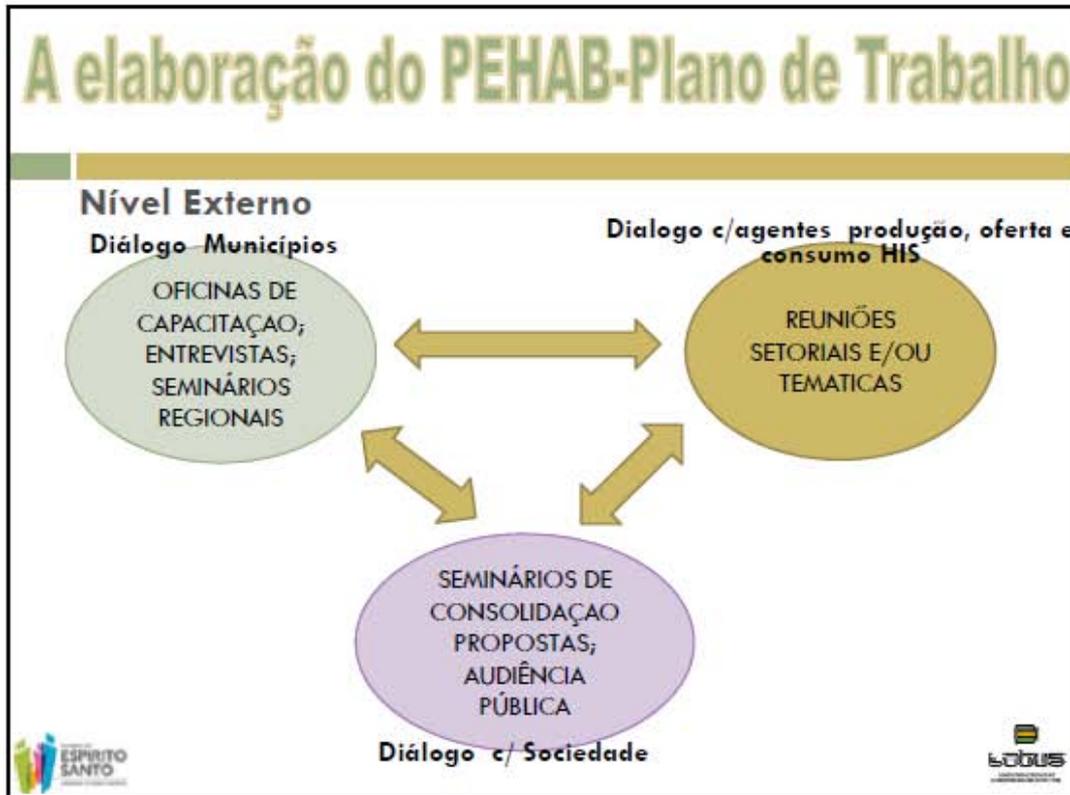
Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Municípios com Mais de 100 Mil Habitantes	A	Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo.
	B	Regiões metropolitanas e principais aglomerações e capitais do Centro-Sul.
	C	Regiões Metropolitanas e principais aglomerações e capitais prósperas do Norte e Nordeste.
	D	Aglomerações e centros regionais do Centro-Sul.
	E	Aglomerações e centros regionais do Norte e Nordeste.
Municípios com População entre 20 e 100 Mil Habitantes	F	Centros urbanos em espaços rurais prósperos.
	G	Centros urbanos em espaços rurais consolidados, com algum grau de dinamismo.
	H	Centros urbanos em espaços rurais com elevada desigualdade e pobreza.
Municípios com População com Menos de 20 Mil Habitantes	I	Pequenas cidades em espaços rurais prósperos.
	J	Pequenas cidades em espaços rurais pobres, com baixo dinamismo.
	K	Pequenas cidades em espaços rurais pobres, com alto dinamismo.

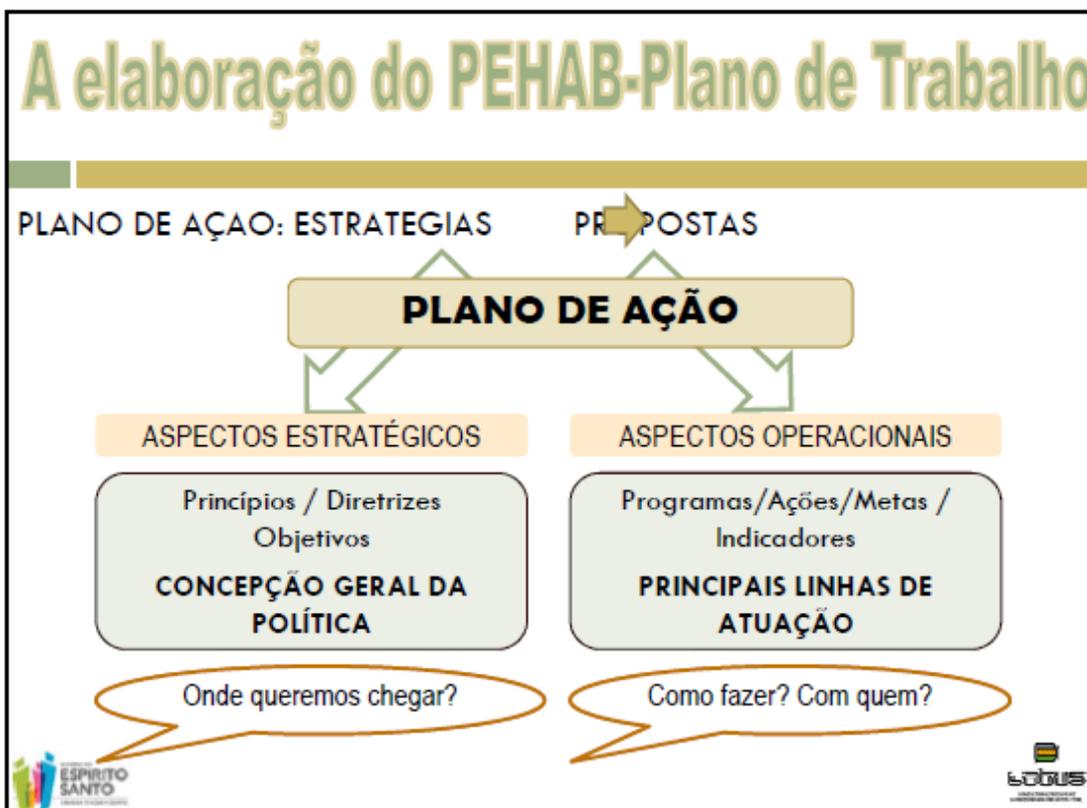


A elaboração do PEHAB-Plano de Trabalho

Estrutura







A elaboração do PEHAB-Plano de Trabalho

ESTRATÉGIAS P/ PROMOVER A PARTICIPAÇÃO AGENTES EXTERNOS

- A confecção de **MATERIAL DE DIVULGAÇÃO** oficializando o lançamento público do PEHAB 2030 nos sites oficiais do governo, e através de folders/cartilhas...;
- A realização das **REUNIÕES SETORIAIS E SEMINARIOS TEMATICOS** que dialogam com os distintos agentes da produção, oferta e consumo da HIS e demais setores relacionados objetivando a coleta de informações e das expectativas em relação ao PEHAB;
- O diálogo com **AGENTES PÚBLICOS E SOCIAIS NA ESCALA MUNICIPAL** através das **OFICINAS DE CAPACITAÇÃO, ENTREVISTAS E DOS SEMINÁRIOS REGIONAIS**;
- O **DEBATE PÚBLICO** ampliado, que se viabiliza no seminário de consolidação final do PEHAB 2030.

+ **INFORME PERIODICO À COMISSAO DE ACOMPANHAMENTO**
DIVULGAÇÃO MATERIAL PRODUZIDO - SITE



A elaboração do PEHAB-Plano de Trabalho

CRONOGRAMA:

ETAPAS	PRINCIPAIS ATIVIDADES		CRONOGRAMA
ETAPA 2 DIAGNÓSTICO (SISTEMATIZAÇÃO, ANÁLISES E CENÁRIOS)	CAPACITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	DEZEMBRO	ABRIL
	REUNIÕES SETORIAIS	FEVEREIRO	
	ENTREVISTAS MUNICÍPIOS	JAN. / FEV	
	SEMINÁRIOS TEMÁTICOS	MARÇO	
	ANÁLISES E CENÁRIOS	MARÇO	
ETAPA 3 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	PROPOSTA PRELIMINAR EQUIPES	ABRIL	SETEMBRO
	SEMINÁRIOS REGIONAIS	ABRIL/MAIO	
	SEMINÁRIO CONSOLID. PEHAB	JULHO	
	EVENTO ENTREGA	SETEMBRO	



A elaboração do PEHAB - Desafios

Base Territorial – Diversidade Regional e dos Municípios

O PEHAB 2030 deverá contemplar as peculiaridades que caracterizam as distintas regiões do Estado do Espírito Santo reconhecendo os distintos contextos socioeconômicos, problemas e potencialidades dos territórios urbano e rural .

Dados / Análises / Propostas

DADOS MUNICIPAIS

DADOS REGIONAIS E DO ESTADO



MICROREGIÕES DE PLANEJAMENTO



A elaboração do PEHAB - Desafios

diagnóstico

↔



estratégias de ação

DIALOGO COM MUNICIPIOS
LIMITES E OPORTUNIDADES LOCAIS/REGIONAIS

??



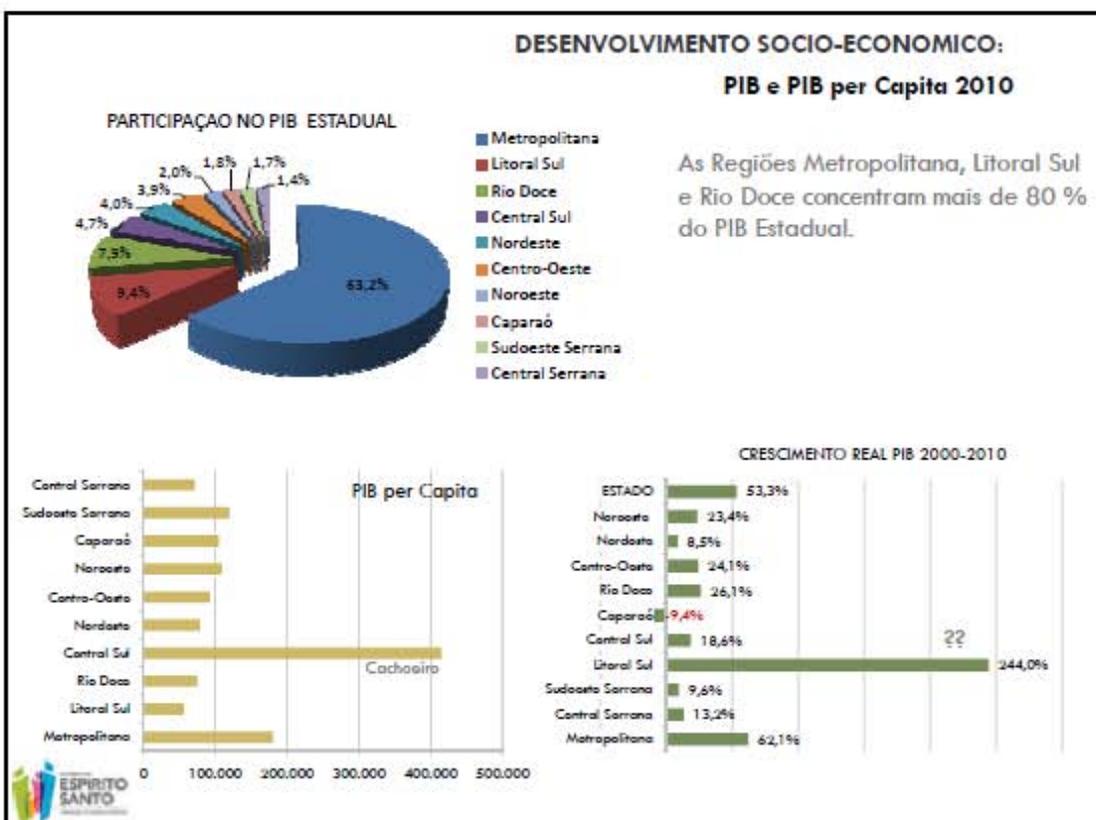
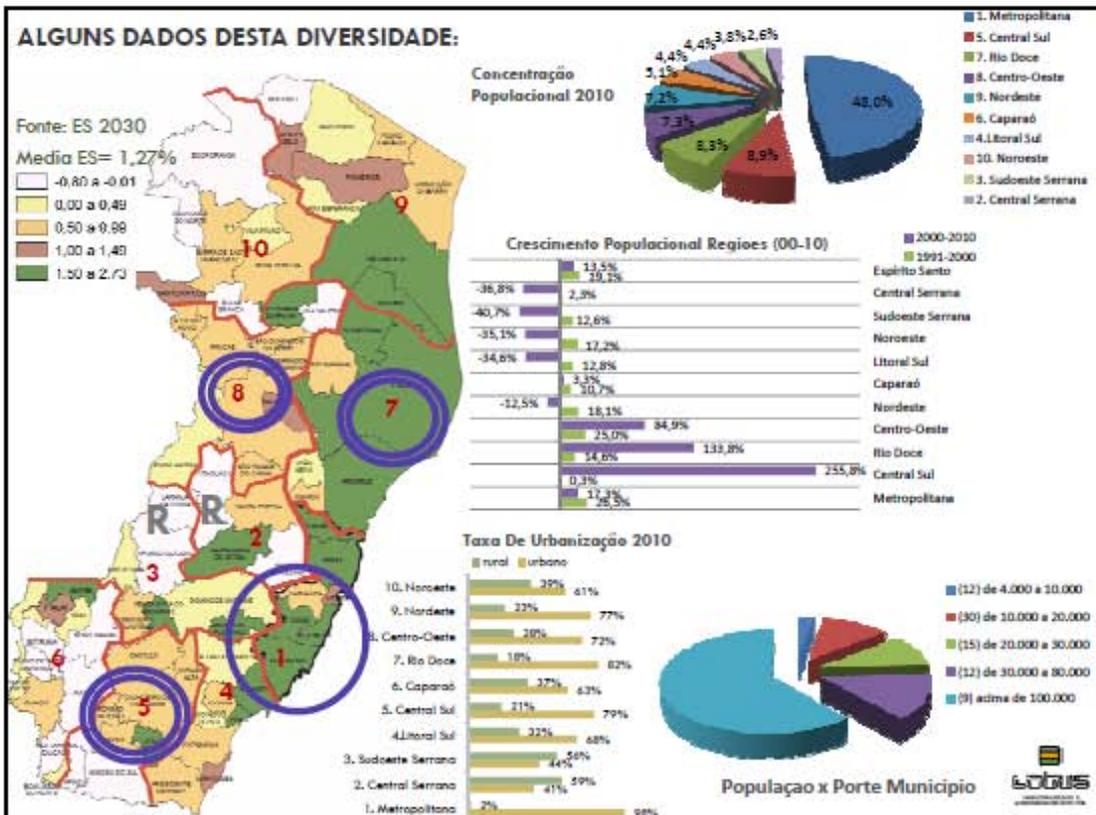

A elaboração do PEHAB - Desafios

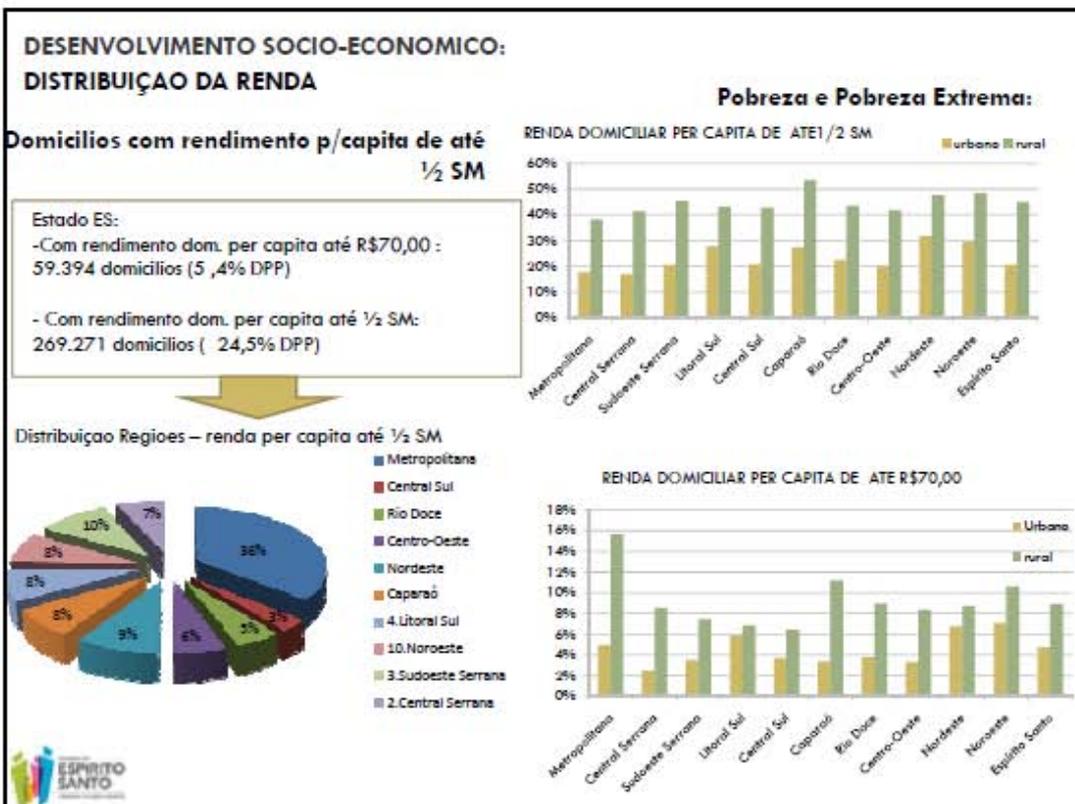
Para cada situação...
Uma modalidade de atendimento!!!



- ➔ Produção de unidades habitacionais URBANAS E RURAIS;
- ➔ Reformas, ampliações, construção de banheiros;
- ➔ Regularização fundiária;
- ➔ Saneamento e implantação de infraestrutura;
- ➔ Produção de lotes urbanizados;
- ➔ Apoio a iniciativas sociais e privadas de produção de HIS;
- ➔ Oferta de aluguel social;
- ➔ Recuperação de imóveis degradados e centrais p/uso HIS;
- ➔ E outras...





ALGUNS DADOS SOBRE NECESSIDADES HABITACIONAIS NO ES

DEFICIT

Habitacao Prec.	Coabitacao	Adensamento	Onus Aluguel	Deficit Total
13.347	25.746	5.723	40.052	88.868
16,6%	24,5%	7,4%	51,5%	8% DPP
FJP/PNAD2008				
Habitacao Prec.	Coabitacao	Adensamento	Onus Aluguel	Deficit Total
12.249	41.033	8.867	41.867	99.731
12,3%	41,1%	8,9%	42,0%	9% DPP
IPEA/CENSO2010				
Habitacao Prec.	Coabitacao	Adensamento	Onus Aluguel	Deficit Total
11.188	10.428	N.COMP.	67	21.683
51,6%	48,1%	-	0,4%	7,8% DOM. CADASTRADOS
USN/CADUNICO2009				



ESPIRITO SANTO

www.sedurb.es.gov.br

???

DÚVIDAS???

PERGUNTAS???

CONTRIBUIÇÕES..

LATUS

www.latus.com.br

latus@latus.com.br

DEBATE DE GRUPOS**A CARTILHA APRESENTADA:**

- A **Função Social da Propriedade / a terra urbana como questão prioritária;**
- As possibilidades do **Estatuto da Cidade = Fortalecimento do Poder Público / Ferramentas**
- As possibilidades para uma nova **Política Habitacional**
- **Como fazer: as responsabilidades do município.**

**DEBATE DE GRUPOS**

1. Considerados os aspectos apresentados quais as oportunidades e quais os limites para o atendimento municipal das demandas habitacionais?
2. Como o Estado pode contribuir com os municípios para o atendimento das demandas habitacionais locais?
2. Quais as oportunidades e dificuldades dos demais agentes na produção da HIS?



2.6. MATERIAL DIDÁTICO COMPLEMENTAR – CARTILHA PARA OS MUNICÍPIOS

**SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
MATERIAL DE APOIO**SECRETARIA DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO URBANO

1. Introdução

o acesso à terra urbanizada e bem localizada é privilégio de poucos!!!

O processo de urbanização brasileiro:



cidade dos que TEM

Normalmente mais central, tem amplo acesso à infraestrutura, saneamento, transporte, lazer, equipamentos públicos. Apresenta condições para moradia com qualidade, melhores oportunidades de emprego, etc.

Onde...
a terra é mais cara!!!



cidade dos que NÃO TEM

Normalmente periférica, não apresenta as condições mínimas de urbanização para a moradia, com carência de equipamentos e de infraestrutura. Seus terrenos são, muitas vezes, irregulares e a população não tem acesso aos serviços urbanos.

Onde...
a terra é mais barata!!!

As consequências...

PRECARIEDADE URBANA E HABITACIONAL
DEGRADAÇÃO AMBIENTAL
EXCLUSÃO SOCIO-ESPACIAL...



Enquanto o poder público não começar a promover processos de gestão do solo urbano que visem criar espaços na cidade bem estruturada para receber as famílias de baixa renda, estas vão continuar ocupando as áreas de risco, as áreas ambientalmente sensíveis, morando em situação de absoluta precariedade e com péssima qualidade de vida.

Onde queremos chegar?

EQUILÍBRIO

urbano
ambiental
financeiro
social

Gestão do Solo
ESTATUTO DA CIDADE

FUNÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE URBANA

1.1 Função Social da Propriedade

A terra urbana não deve atender apenas aos interesses de seu proprietário, mas principalmente aos interesses da sociedade e da cidade!!!



... é na valorização da **terra** que materializam-se as diferenças na distribuição dos benefícios urbanos que caracterizam o processo de urbanização brasileiro;
...é essencialmente pela dificuldade de acesso à **terra** urbanizada que proliferam-se as ocupações irregulares e precárias que caracterizam o território urbano.

A gestão do uso e ocupação do solo pode concentrar riqueza e oportunidades ou incidir contra a concentração.!!

1.2 . A Valorização da Terra Urbana

A ação pública pode determinar a valorização da propriedade??

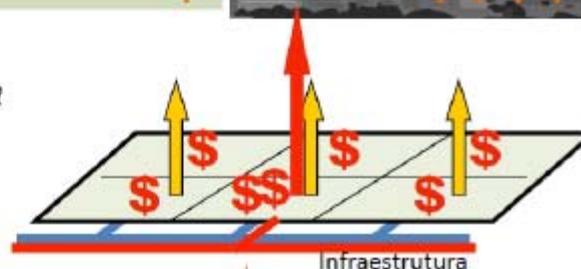
1. Planejamento

produção de solo urbanizável:
definição de perímetros



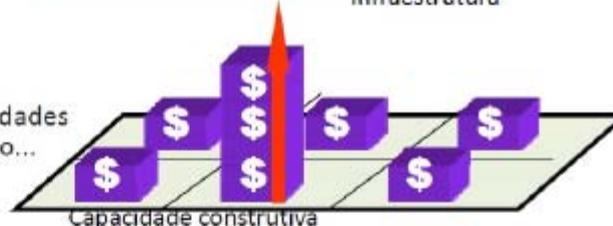
2. Dotação de Infra-estrutara

geração de solo urbanizável:
implantação de infra-estrutura e equipamentos



3. Regulação Urbanística

normas urbanísticas: usos/atividades
potencial construtivo do terreno...



2. Gestão do solo urbano

Gerenciar o solo urbano significa *PLANEJAR* o seu uso e fazer com que *O USO SE CONCRETIZE*, avaliando permanentemente seus resultados e ajustando o que foi planejado com vistas à melhoria desejada.

A desigualdade das nossas cidades também é fruto de uma inadequada *GESTÃO DO SOLO URBANO*, ou de uma gestão que não visou o bem estar de todos os habitantes e buscou privilegiar a atuação do mercado imobiliário.

O mercado imobiliário busca as áreas privilegiadas da cidade, onde são produzidas unidades habitacionais para as famílias com maior renda. Lá existe, via de regra, a maior concentração de investimento público, que proporcionou a boa oferta de serviços e infraestrutura urbana, enquanto nas periferias a situação é bem diferente.

Se o poder público não promover uma *GESTÃO DO SOLO* para inverter este processo, as cidades vão continuar sendo desiguais e socialmente injustas.

Princípios da Reforma Urbana = Estatuto da Cidade



2.1. Estatuto da Cidade

O que é Estatuto da Cidade?

Lei federal que estabelece as *DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA URBANA* e que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal Brasileira.

Como surgiu o Estatuto da Cidade?

O Estatuto da Cidade tem sua origem na organização popular. Durante a Assembleia Constituinte de 88 foi apresentada uma proposta de Emenda Constitucional de Iniciativa Popular de Reforma Urbana, que retomava a luta iniciada na década de 60 e as discussões e propostas que acabaram resultando no capítulo sobre a Política Urbana da Constituição Federal. O Estatuto da Cidade surgiu como projeto de lei em 1989, só tendo sido aprovado em 2001 - mais de doze anos depois - e sancionado julho daquele ano.

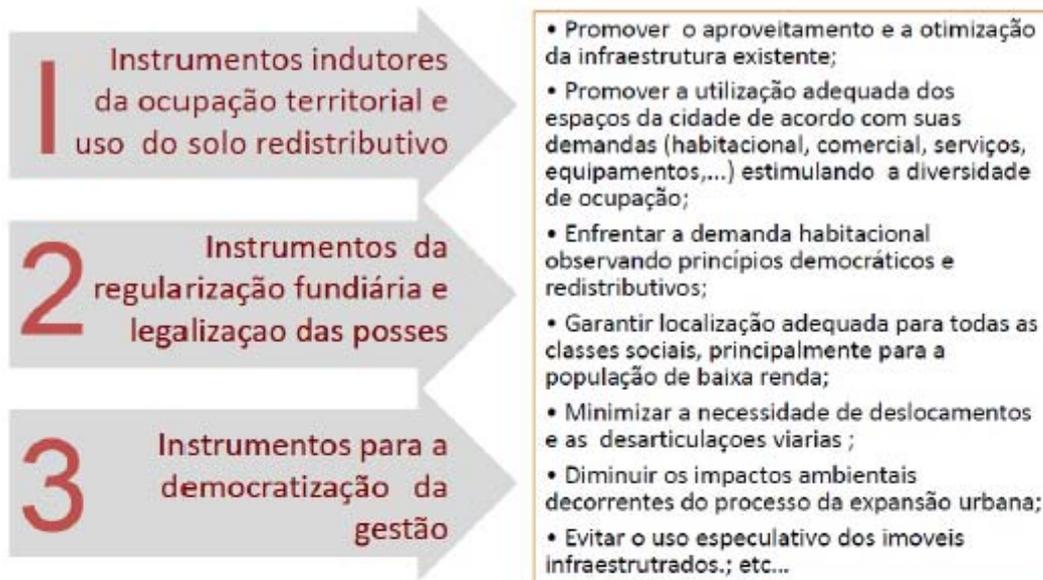
O que se destaca nos fundamentos do Estatuto da Cidade?

Seu principal objetivo é ordenar o pleno desenvolvimento das *FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE E DA PROPRIEDADE* e garantir o bem-estar de seus habitantes. Ou seja: orientar a organização das cidades para que estas possam se tornar espaços democráticos, acessíveis a todas as camadas sociais e estruturadas para atender às necessidades da população e do seu desenvolvimento. Cabe aos municípios promover a Função Social da Cidade e da Propriedade regulamentada pelo Plano Diretor municipal.

**O ESTATUTO DA CIDADE TRAZ AS FERRAMENTAS
O PLANO DIRETOR ESTABELECE COMO APLICAR**

2.2 Os Instrumentos Estatuto da Cidade

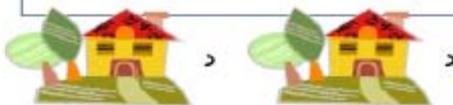
São três os principais campos da gestão pública fortalecidos pelos instrumentos intruídos pelo Estatuto da Cidade com o objetivo da maior sustentabilidade no uso e ocupação do solo.



2.3. A sustentabilidade no uso e ocupação do solo

<i>urbano</i>	<i>ambiental</i>	<i>financeira</i>	<i>social</i>
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Distribuição equilibrada de equipamentos e serviços urbanos; ✓ Infra-estrutura antes da ocupação do solo; ✓ Densidades adequadas à estrutura e à paisagem urbana; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Preservação dos valores ambientais; ✓ Valorização da paisagem urbana; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Valorização ("renda") da terra como um bem coletivo a ser socialmente apropriado; ✓ Crescimento urbano "auto-financiado"; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Direito dos assentamentos informais consolidados à regularização urbana e fundiária; ✓ Rompimento de processos de exclusão social.

Terra regular, bem localizada, com serviços e infra-estrutura urbana e acessível à toda a população.



política habitacional como construção de cidade!!

2.4. Responsabilidade dos Municípios na Gestão do Solo estabelecida pela norma federal

- Revisar a legislação municipal visando a sua adequação ao novo marco legal da Política Urbana
- Efetivar a aplicação dos instrumentos com vistas ao cumprimento da função social da Propriedade e do direito à moradia
- Elaborar e executar políticas e a gestão do solo com o objetivo da justa distribuição dos onus e benefícios da urbanização
- Recuperar a valorização da terra urbana decorrente dos investimentos públicos em Infra-estrutura física e social
- Promover a gestão democrática da cidade

Cabe aos Municípios regulamentar e implementar os instrumentos do Estatuto da Cidade que couberem, consideradas as especificidades locais!!

Para isto, os municípios devem contar com um Plano Diretor Municipal Participativo!!



Existem diversas cartilhas e documentos que orientam quanto a concepção /finalidade dos instrumentos e sua implementação! Procure no site do Ministério das Cidades!!

3. A Política Municipal de Habitacional

Atualmente existem muitas alternativas para a atuação municipal no que diz respeito a sua Política Habitacional. Os avanços estabelecidos pela nova Política Nacional de Habitação e todas as ações que decorreram desta (inclusive a elaboração do Plano Nacional de Habitação), abriram o leque de possibilidade e incluíram na pauta, temas fundamentais, como a questão fundiária, o papel dos distintos agentes e o despreparo das instituições públicas para o enfrentamento efetivo dos graves problemas habitacionais do Brasil.



Este contexto cria novas condições para a gestão da política habitacional, relacionando-a ao desenvolvimento local, incorporando novas oportunidades de financiamento, articulando distintos agentes.

3.1. A Estrutura Institucional Municipal

A adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social não requer que as administrações municipais contem com uma Secretaria que trate exclusivamente do problema habitacional.

A decisão sobre esta necessidade ou não, é local. Assim, cada município pode fazer a sua opção, levando em consideração:

- O porte de seu município;
- A diversidade dos problemas habitacionais existentes;
- A proporção de problemas habitacionais existentes;
- A estrutura institucional existente (número de funcionários, quadro técnico, etc);
- A necessidade/viabilidade de se ampliar a estrutura institucional;
- As condições políticas de se criar uma nova secretaria.

3.2. Instrumentos da Gestão da Política Habitacional

Além de estrutura, de recursos técnicos e humanos, a implementação da Política Habitacional requer a utilização de alguns instrumentos – ferramentas – que auxiliem o Município no cumprimento dos seus objetivos.

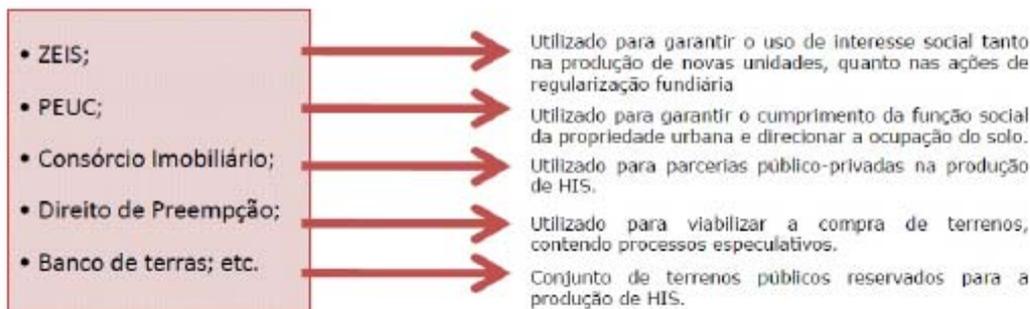
Destacamos aqui alguns instrumentos importantes para a gestão do solo, para a gestão da demanda e para a regularização fundiária.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO SOLO	INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA DEMANDA	INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
<ul style="list-style-type: none"> • ZEIS; • PEUC; • Consórcio Imobiliário; • Direito de Preempção; • Banco de terras; etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastros; • Acompanhamento social das famílias; • Indicadores sociais; etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • Concessão do Direito Real de Uso; • Concessão de Uso Especial para fins de Moradia; • Usucapião; • Auto demarcatório e legitimação da posse

INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO SOLO

Já foram referidos anteriormente. Têm como principais objetivos:

- Fazer cumprir a função social da propriedade;
- Reservar terrenos adequados, vazios e bem localizados, para a produção de HIS;
- Promover um desenvolvimento urbano equilibrado.



INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO SOLO

Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)

As ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) são instrumentos urbanísticos que definem regras especiais para o uso e a ocupação do solo nas cidades e demarcam setores destinados para a moradia popular. Os objetivos são:

<h3 style="margin: 0;">Zeis de Áreas Ocupadas</h3> <p style="background-color: #D9E1F2; padding: 5px; margin: 5px 0;">Reconhecer, regularizar e integrar à cidade, os diferentes tipos de assentamentos informais</p>	<h3 style="margin: 0;">Zeis de Áreas Vazias</h3> <p style="background-color: #D9E1F2; padding: 5px; margin: 5px 0;">Assegurar a destinação de terras bem localizadas e com infraestrutura para os mais pobres, criando uma reserva de terras para habitação de interesse social</p>
---	---

É importante demarcar as ZEIS nas partes mais centrais/consolidadas, equipadas e providas de infraestrutura do município. Isso vai evitar que a população seja expulsa para as periferias e piores locais, evitando a necessidade futura de vultuosos recursos públicos na provisão de vias e equipamentos públicos.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO SOLO

Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC), IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação por Títulos da Dívida Pública

Objetivos:

Evitar "a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na subutilização ou não utilização das infraestruturas instaladas".

Obrigar os proprietários de imóveis urbanos não edificado, subutilizado ou não utilizado a cumprir sua função social definida no plano diretor em um prazo determinado.

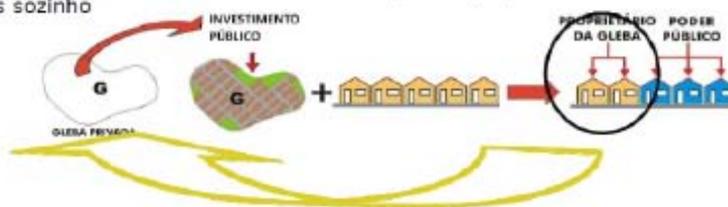
Aplicar o PEUC em áreas bem localizadas da cidade pode estimular os proprietários a estabelecer acordos e parcelas com incorporadoras e prefeituras para realizar projetos com os recursos do Programa MCMV!!

INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO SOLO

Consórcio Imobiliário:

Objetivos:

- Induzir e viabilizar a utilização de terrenos estratégicos para o desenvolvimento do município.
- Urbanização e edificação de uma área específica;
- Aumentar a oferta de terra urbanizada para as classes populares;
- Viabilizar empreendimentos em casos nos quais o proprietário não tem condições de fazê-los sozinho



O Consórcio Imobiliário é facultativo ao Poder Público e por solicitação do proprietário, pode ser utilizado como forma de viabilização financeira do aproveitamento do imóvel gravado com parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO SOLO

Outorga Onerosa do Direito de Construir:

O instrumento parte da definição de um coeficiente de aproveitamento básico e estabelece um valor que deverá ser pago ao Poder Público para poder ter a autorização (outorga) de construir além deste coeficiente básico até o limite de um coeficiente de aproveitamento máximo (também definido no plano diretor). Este valor pago ao Poder Público deve ser utilizado em investimentos na cidade que tragam benefício à toda a população.

Objetivo: Redistribuir os ganhos financeiros determinados pela possibilidade de maior uso do terreno!!!



INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO SOLO

Direito de Preempção:

É a obrigação que um proprietário tem, no momento que desejar vender seu terreno, de ofertar, nas mesmas condições de mercado, um terreno à prefeitura antes que a qualquer outro interessado. Por essa razão, também é conhecido como direito de preferência.

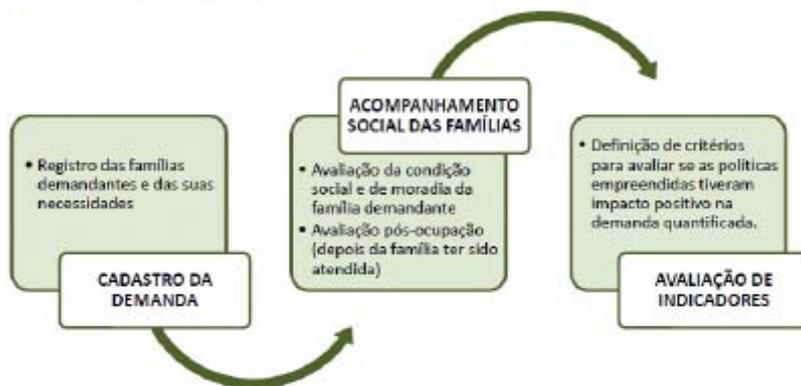
Objetivo:

É útil para a obtenção de terras pelos municípios para os mais diversos fins, a serem adquiridas nas condições reais de mercado, sem qualquer tipo de sobrevalorização ou morosidade decorrentes de processos de desapropriação.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA DEMANDA

Conhecer a demanda habitacional de interesse social (famílias que necessitam ser atendidas por programas habitacionais de interesse social) é um passo fundamental para que se possa estabelecer, estrategicamente: as ações a serem implementadas, definir prioridades, organizar a atuação pública.

Por "gestão da demanda" entende-se não só as ações necessárias para conhecer esta demanda, mas também aquelas que são necessárias para que se possa avaliar os impactos que as ações empreendidas provocaram na demanda originalmente caracterizada.



INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA DEMANDA



INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

<p>Concessão do Direito Real de Uso (Decreto Lei 267/1979)</p>		<p>Instrumento que permite que o proprietário dê o domínio útil do seu imóvel a um interessado. É aplicável a áreas públicas e particulares.</p>
<p>Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (Medida Provisória 2.220/2001)</p>		<p>Instrumento para a regularização fundiária de propriedade pública urbana com até 250m², com uso residencial, em posse ininterrupta e sem oposição há pelo menos 5 anos em 30/06/2001.</p>
<p>Usucapião Especial de Imóvel Urbano (Lei Federal 10.257/2001)</p>		<p>Instrumento para a regularização fundiária de propriedade particular urbana com até 250m², com uso residencial, em posse ininterrupta e sem oposição há pelo menos 5 anos</p>
<p>Auto de Demarcação Urbanística e Legitimação da Posse Lei 11.977/09</p>		<p>Novos instrumentos introduzidos pela lei do MCMV que estabelece o reconhecimento e legalização administrativa para as ocupações urbanas .</p>

3.3. Modalidades de Atendimento: As Diversas Ações da Política Habitacional

As nossas cidades contam com variados problemas relacionados à moradia. Desde famílias que não têm onde morar, passando por outras que residem em habitações muito precárias, em áreas de risco, que coabitam a mesma moradia com outra família, cuja habitação é pequena demais, não tem banheiro, não tem a infraestrutura mínima, é irregular do ponto de vista fundiário, etc.

Temos ainda famílias que residem em moradias alugadas e gastam demasiadamente com o pagamento do aluguel, famílias que residem em cortiços, em galpões, em imóveis cedidos ou emprestados e outras inúmeras situações.

Da mesma forma, não se pode afirmar que as famílias que demandam habitação de interesse social têm as mesmas características. Distintos graus de vulnerabilidade social, organizadas em entidades ou não, com pequena renda, sem renda nenhuma, localizadas na zona urbana, na zona rural, ...

Para cada situação...
Uma
modalidade de
atendimento!!!



3.3. Modalidades de Atendimento: As Diversas Ações da Política Habitacional

- ➔ Produção de unidades habitacionais urbanas e rurais;
- ➔ Reformas, ampliações, construção de banheiros;
- ➔ Regularização fundiária;
- ➔ Saneamento e implantação de infraestrutura;
- ➔ Produção de lotes urbanizados;
- ➔ Apoio a iniciativas sociais e privadas de produção de HIS;
- ➔ Oferta de aluguel social;
- ➔ Recuperação de imóveis degradados e centrais para o uso de HIS;
- ➔ E outras

3.4. Distintos Agentes da Política Habitacional

A Política Nacional de Habitação e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social prevêm o envolvimento e a integração de distintos agentes na superação dos problemas habitacionais das cidades brasileiras. Do ponto de vista governamental, estabelecem competências articuladas entre o nível federal e os demais entes federados. Buscam também potencializar o trabalho conjunto entre instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação. Estabelecem programas e linhas de financiamento para distintos agentes promotores de HIS, quais sejam: agentes públicos, privados e sociais.

<p>produção pública (promovida pelo poder público)</p>	<p>Papel tradicional do Poder Público. Por esta razão, não exige inovação no campo da gestão. Contudo, exige que o Poder Público assuma todas as despesas.</p>
<p>produção social (envolve cooperativas e outros agentes da sociedade organizada)</p>	<p>Normalmente despreparados para assumir as tarefas relacionadas à produção habitacional, os agentes sociais precisam ser capacitados e estimulados. Exigem assim, apoio do Poder Público o qual também tem que estar preparado para assumir estas novas tarefas.</p>
<p>produção privada (envolve empreendedores privados)</p>	<p>Agente incorporado à produção de HIS especialmente através do Programa Minha Casa, Minha Vida. Seu envolvimento no atendimento da demanda de interesse social local depende da agilidade e capacidade de negociação do Poder Público – o que é um enorme desafio para os gestores municipais. A participação mais intensa dos agentes privados na política habitacional, tem potencial de produzir um rearranjo do mercado imobiliário</p>

3.5. Fontes de Recurso e Financiamento

A PNH estabelece, a nível federal, um desenho institucional que visa o atendimento dos princípios, diretrizes e objetivos estabelecidos, e cria as condições para o enfrentamento do quadro das necessidades habitacionais do país por meio de ações integradas e articuladas. Desta forma, separa as fontes de recursos e cria linhas de financiamento específicas para viabilizar o acesso à moradia digna às diferentes classes sociais de demandas.

SUBSISTEMA DE HABITAÇÃO DE MERCADO	SUBSISTEMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
<p>reorganização do mercado privado de habitação</p> <p>ampliação das formas de captação de recursos</p> <p>estímulo à inclusão de novos agentes</p>	<p>garantir ações que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda que compõe a quase totalidade do déficit habitacional do País</p>
<p>atender parcelas significativas da população que hoje estão sendo atendidas por recursos públicos</p>	<p>promover prioritariamente o acesso das famílias de baixa renda, de acordo com as especificidades regionais e perfil da demanda</p>
 <p>Poupança (SBPE) Certificados de Recebíveis Imobiliários (mercado de capitais)</p>	 <p>Recursos onerosos e não onerosos: FNHIS, FGTS, FAT, ...</p>



O Ministério das Cidades lança periodicamente as sistemáticas para acesso aos recursos do FNHIS. Além do FNHIS o Programa Minha Casa Minha Vida e o PAC são recursos que ampliam as condições de atendimento das demandas habitacionais dos municípios. Fique atento às informações no site do MC.

4. Responsabilidade do Município - Adesão ao SNH

Termo de Adesão ao SNHIS	Documento formalizando a parceria e a integração entre o ente federado e a União
---------------------------------	--

Segundo o Ministério das Cidades:

O Termo de Adesão é o documento pelo qual o município manifesta sua intenção de participar do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. Ao preencher o Termo de Adesão é necessário informar, através de formulário eletrônico, os dados do ente federado (governo do estado, do Distrito Federal ou município). Deverão ser informados também os dados do responsável pelo preenchimento do Termo de Adesão ao SNHIS. Por fim, deverá ser informada uma senha que permitirá o acesso ao Termo de Adesão preenchido.

Ao final do processo será gerado um documento que poderá ser impresso diretamente do navegador da internet. O documento deverá ser impresso em três vias, assinado pelo Chefe do Poder Executivo. O Termo deverá ser enviado, pelos entes federados, ao Agente Operador do SNHIS, Caixa Econômica Federal, acompanhadas da Lei de criação de Conselho e Fundo de Habitação de Interesse Social.

A Caixa verificará a compatibilidade da Lei de criação de Conselho e Fundo de Habitação de Interesse Social, apresentada pelo ente federado interessado, com os princípios e diretrizes constantes da Lei nº 11.124, de 2005. Após a análise, a Caixa, arquivará a Lei de criação de Conselho e Fundo de Habitação de Interesse Social e encaminhará os Termos de Adesão ao SNHIS à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

Se o seu município ainda não fez a adesão ao SNHIS, procure o Ministério das Cidades!!!



Ver no site do Ministério das Cidades:

http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=741:adesao-ao-snhis&catid=57&Itemid=93

Responsabilidade do Município – Constituir Fundo

Fundo Local de Habitação de Interesse Social

Fundo de natureza contábil que tem como objetivo centralizar e gerenciar recursos orçamentários destinados à execução de programas habitacionais de interesse social.

O Fundo Local de Habitação de Interesse Social é o canal através do qual os recursos necessários para as ações da política habitacional serão gerenciados. Deve ser instituído por lei específica que definirá:

- Fontes de recursos para o Fundo;
- O vínculo do Fundo a um órgão/setor da administração direta local;
- O Conselho do Gestor deste fundo.

Após a regulamentação da Lei, o Fundo poderá ser operado, sendo necessária a adoção das medidas administrativas necessárias, tais quais:

- Abertura de conta bancária para depósito dos recursos do Fundo;
- Execução das despesas conforme ações programáticas aprovadas pelo Conselho do Gestor do Fundo;
- Prestação de contas ao Conselho Gestor do Fundo.



Se o seu município ainda não conta com um Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, busque as orientações completas no Guia de Adesão ao SNHIS/FNHIS, no site do Ministério das Cidades!

Responsabilidade do Município – Instituir Conselho

Conselho Local de Habitação de Interesse Social

Conselho de natureza participativa, que deve envolver entidades públicas e privadas, bem como segmentos da sociedade ligados à área da habitação

O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social deve garantir o caráter transparente e participativo da política local de habitação. Para isto não basta que este seja criado legalmente, ele precisa funcionar!

A Lei 11.124/2005 determina que o Conselho...

- Tenha a participação de entidades públicas e privadas
- Tenha a proporção mínima de ¼ das vagas reservada aos representantes dos movimentos populares.

E, ainda que ...

- Seja o responsável pela definição de critérios para a priorização das linhas de ação, alocação de recursos e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais;
- Promova ampla publicidade às ações da política habitacional, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade das ações do SNHIS.
- Possa promover audiências públicas e conferências para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais no âmbito do SNHIS.

Responsabilidade do Município– Instituir Conselho

Conselho Local de Habitação de Interesse Social

Conselho de natureza participativa, que deve envolver entidades públicas e privadas, bem como segmentos da sociedade ligados à área da habitação

A Lei 11.124/2005 estabelece a necessidade dos entes federados ao aderirem ao SNHIS, terem um Conselho que trate da gestão das ações da política habitacional. Estabelece também que os Fundos locais sejam geridos por um Conselho Gestor. Ela não é explícita, contudo, na exigência que estas duas funções sejam cumpridas pela mesma estrutura.

Contudo, considera-se mais conveniente que se tenha uma estrutura única, responsável pela gestão da política habitacional e pela gestão do Fundo Local. Mas há municípios que contam com duas estruturas distintas e complementares, para o atendimento destas duas funções.

Se o Município optar por ter as duas estruturas, é fundamental:

1. Que o Conselho Gestor do Fundo de Habitação tenha, no mínimo, ¼ das suas vagas garantidas aos movimentos populares;
2. Que haja um diálogo constante entre os representantes dos dois conselhos;
3. Que na construção da política habitacional local, haja uma relação direta entre as deliberações estratégicas relacionadas à política habitacional e as deliberações sobre investimentos financeiros.

Responsabilidade do Município– Elaborar o PLHIS

Plano Local de Habitação de Interesse Social

Documento de planejamento estratégico da política habitacional local com foco principal na habitação de interesse social

O QUE É?

É um conjunto de objetivos e metas, diretrizes e instrumentos de ação de intervenção que expressem o entendimento dos governo local e dos agentes sociais a respeito da maneira como deve ser orientado o planejamento local do setor habitacional.



Deve ser um Plano Estratégico, conter um Diagnóstico Habitacional e um Plano de Ação!

Responsabilidade do Município– Elaborar o PLHIS

Plano Local de Habitação
de Interesse Social

Documento de planejamento estratégico da política habitacional local com foco principal na habitação de interesse social

SE O SEU MUNICÍPIO É PEQUENO – O QUE FAZER?

O Ministério das Cidades publicou Instrução Normativa em março deste ano, criando novas regras para os municípios que, simultaneamente, atendam aos seguintes requisitos:

- Tenham população até 20 mil habitantes (Censo 2010);
- Não integrem Regiões Metropolitanas;
- Não tenham elaborado o PLHIS;
- Não tenham contrato de repasse ou termo de compromisso lastreado com recursos do FNHIS para a elaboração do PLHIS.

De acordo com esta I.N. (Instrução Normativa nº 15, de 10 de março de 2011), tais municípios poderão fazer o seu PLHIS através de um **procedimento simplificado**. Trata-se do preenchimento de um formulário eletrônico, onde o Município incluirá informações sobre o seu quadro habitacional, bem como apresentará proposta de enfrentamento dos problemas existentes.

Recomendações para a elaboração do PLHIS

O PLHIS é uma oportunidade para os Municípios não só identificar e quantificar as necessidades habitacionais locais, mas também compreender os processos que contribuem para a produção e aumento desta demanda não atendida. Deve ainda projetar o crescimento futuro desta demanda e estabelecer as formas possíveis de atendimento, contando com os agentes locais e as linhas de financiamento disponibilizadas. O Ministério das Cidades recomenda para esta quantificação e qualificação da demanda, a utilização dos conceitos instruídos pela Fundação João Pinheiro.

DEMANDA ACUMULADA

DÉFICIT

Representa a necessidade de **REPOSIÇÃO** e **INCREMENTO** do estoque de moradias existente **OU SEJA: A NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DE MAIS CASAS!**



INADEQUAÇÃO

Representa a necessidade de **ADEQUAÇÃO** da moradia existente **OU SEJA: A NECESSIDADE DE MELHORAR A MORADIA!**

CATEGORIAS QUE COMPOEM O DEFICIT

DOMICÍLIOS RÚSTICOS	Sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, o que resulta em desconforto e risco de contaminação por doenças, em decorrência das condições de insalubridade.
DOMICÍLIOS IMPROVISADOS	Locais construídos sem fins residenciais que servem como moradia, tais como barracas, viadutos, prédios em construção, carros etc.
COABITAÇÃO FAMILIAR (FORÇADA)	Soma das famílias conviventes secundárias (apenas aquelas que têm intenção de constituir domicílio exclusivo são consideradas déficit habitacional) e das que vivem em domicílios localizados em cômodos – exceto os cedidos por empregador.
ADENSAMENTO EXCESSIVO EM DOM. ALUGADOS	Quando o domicílio apresenta um número médio de moradores superior a três por cômodo e é alugado.
ÔNUS EXCESSIVO EM ALUGUEL	Corresponde ao número de famílias urbanas, com renda familiar de até três salários mínimos, que moram em casa ou apartamento e que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel.

Conceitos trabalhados pela FJP

CATEGORIAS QUE COMPOEM A INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA	Situação onde pelo menos um dos moradores do domicílio declara ter a propriedade da moradia, mas informa não possuir a propriedade, total ou parcial, do terreno ou a fração ideal de terreno (no caso de apartamento) em que ela se localiza.
INEXISTÊNCIA DE UNID. SANITÁRIA DOM. EXCLUSIVA	Domicílio que não dispõe de banheiro ou sanitário de uso exclusivo.
ADENSAMENTO EXCESSIVO EM IMÓVEIS NÃO ALUGADOS	Quando o domicílio apresenta um número médio de moradores superior a três por dormitório e não é alugado. O número de dormitórios corresponde ao total de cômodos que servem, em caráter permanente, de dormitório para os moradores do domicílio.
COBERTURA INADEQUADA	Domicílios com paredes de alvenaria ou madeira aparelhada e cobertura de zinco, palha, sapê, madeira aproveitada ou outro material que não seja telha, laje de concreto ou madeira aparelhada.
CARÊNCIA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA	Domicílios que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo.

Conceitos trabalhados pela FJP

DEMANDA ACUMULADA

IDENTIFICAR E MAPEAR AS ÁREAS OCUPADAS INFORMALMENTE, AS ÁREAS DE RISCO E ÁREAS DE MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO

As Necessidades Habitacionais podem ser quantificadas através de dados disponibilizados pelo Censo de 2010 e já existem trabalhos que quantificam o déficit a partir deste dados (IPEA) e também do Cad-Único (IJSN). Entretanto é importante que os Municípios quantifiquem e qualifiquem as informações sobre os assentamentos precários e informais da cidade pois neles se localiza grande parte do déficit e da inadequação habitacional.

Assentamentos Precários Urbanos: por definição, são aglomerados de moradias precárias com concentração populacional muitas vezes excessiva e que não dispõem de serviços básicos, especialmente saneamento. A posse da terra é informal e as condições de moradia são ruins. Podem ter origem em uma ocupação de área pública ou privada, ou em um loteamento clandestino, ou seja, um loteamento não aprovado pela Prefeitura. Na cidade, um assentamento precário é reconhecido por constituir-se como um núcleo – um bolsão – de pobreza e vulnerabilidade social. Seu tamanho pode ser variado e sua localização pode ser periférica ou mais central.



O IJSN identificou o déficit a partir do Cadastro Único e representa a demanda daquela parcela da população mais vulnerável atendida por políticas sociais!!! Veja os dados existente para seu município disponibilizado no site do IJSN: <http://www.ijsn.es.gov.br>

DEMANDA POR TERRA URBANIZADA

IDENTIFICAR E PROPOR ALTERNATIVAS DE ENFRENTAMENTO AOS PROCESSOS DE EXCLUSÃO TERRITORIAL INTEGRANDO A POLÍTICA HABITACIONAL A DE USO DO SOLO

Por fim, é importante que os PLHIS contribuam para que o município avancem e efetivem a promoção da democratização do acesso a terra urbanizada. Como foi visto – um dos principais desafios propostos pela nova ordem urbanística e habitacional é viabilizar terra bem localizada e adequada para a produção da moradia das parcelas de menor renda da população, garantindo o uso equilibrado e sustentável do território.

- ESTIMAR A NECESSIDADE DE TERRA PARA ATENDIMENTO DO DÉFICIT IDENTIFICADO E DA PROJEÇÃO DA DEMANDA FUTURA DOS GRUPOS PRIORITÁRIOS
- IDENTIFICAR/MAPEAR VAZIOS URBANOS ADEQUADOS PARA O USO HABITACIONAL
- DEFINIR AS ESTRATÉGIAS PARA VIABILIZAR A TERRA PREVENDO A UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO SOLO/ESTATUTO DA CIDADE.



Veja no site do Ministério das Cidades instruções detalhadas e exemplos de município que já aplicaram muitos dos instrumentos do Estatuto da Cidade. A cartilha "Como Produzir Moradia Bem Localizada com Recursos do Minha casa Minha Vida" esta disponível : <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/PlanejamentoUrbano/CartilhaMinhaCasaMinhaVida.pdf>

2.7. MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO EVENTO - CONVITES

O Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da SEDURB,
convida os municípios a participar da elaboração do

Plano Estadual de Habitação - PEHAB

Nosso primeiro encontro será o

SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PEHAB

Para técnicos municipais e representantes da sociedade civil organizada

Dia 05 de dezembro de 2013

O PEHAB vai definir estratégias e prioridades da Política Estadual de Habitação. Participe!

Programação

Manhã
 08:30 às 09:00h: Credenciamento
 09:00 às 09:15h: Apresentação dos participantes
 09:15 às 10:30h: Porque fazer o PEHAB - o papel do Estado no Sistema Nacional de Habitação
 10:30 às 10:45h: Intervalo café
 10:45 às 12:00h: A participação dos municípios - metodologia de elaboração e conceitos

Tarde
 13:00 às 13:15h: Apresentação da dinâmica de grupos
 13:15 às 15:15h: Trabalho de grupo
 15:15 às 15:30h: Intervalo café
 15:30 às 16:30h: Exposição dos grupos e encerramento



PEHAB 2030

PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO - ES

Local: Auditório do IJSN
 Av. Marechal Macarenhas de Moraes, 2524
 Bairro Bento Ferreira, Vitória-ES

Informações tel: (27) 3636-5045 ou 3636-5029

O Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da SEDURB,
convida os municípios a participar da elaboração do

Plano Estadual de Habitação - PEHAB

Nosso primeiro encontro será o

SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PEHAB

Para técnicos municipais e representantes da sociedade civil organizada

Dia 06 de dezembro de 2013

O PEHAB vai definir estratégias e prioridades da Política Estadual de Habitação. Participe!

Programação

Manhã
 08:30 às 09:00h: Credenciamento
 09:00 às 09:15h: Apresentação dos participantes
 09:15 às 10:30h: Porque fazer o PEHAB - o papel do Estado no Sistema Nacional de Habitação
 10:30 às 10:45h: Intervalo café
 10:45 às 12:00h: A participação dos municípios - metodologia de elaboração e conceitos

Tarde
 13:00 às 13:15h: Apresentação da dinâmica de grupos
 13:15 às 15:15h: Trabalho de grupo
 15:15 às 15:30h: Intervalo café
 15:30 às 16:30h: Exposição dos grupos e encerramento



PEHAB 2030

PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO - ES

Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim-ES
 Rod. Engenheiro Fabiano Vivacqua - BR 482, nº 1.759 a 1.877
 Morro Grande - Cachoeiro de Itapemirim-ES

Informações tel: (27) 3636-5045 ou 3636-5029

O Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da SEDURB,
convida os municípios a participar da elaboração do
Plano Estadual de Habitação - PEHAB

Nosso primeiro encontro será o
SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PEHAB
Para técnicos municipais e representantes da sociedade civil organizada

Dia 02 de dezembro de 2013

O PEHAB vai definir estratégias e prioridades da Política Estadual de Habitação. Participe!

Programação

Manhã

- 08:30 às 09:00h: Credenciamento
09:00 às 09:15h: Apresentação dos participantes
09:15 às 10:30h: Porque fazer o PEHAB - o papel do Estado no Sistema Nacional de Habitação
10:30 às 10:45h: Intervalo café
10:45 às 12:00h: A participação dos municípios - metodologia de elaboração e conceitos

Tarde

- 13:00 às 13:15h: Apresentação da dinâmica de grupos
13:15 às 15:15h: Trabalho de grupo
15:15 às 15:30h: Intervalo café
15:30 às 16:30h: Exposição dos grupos e encerramento



PEHAB 2030

PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO - ES

Local: Câmara Municipal de Colatina
Rua Professor Arnaldo de Vasconcelos Costa, nº32
Centro, Colatina-ES

Informações tel: (27) 3636-5045 ou 3636-5029

O Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da SEDURB,
convida os municípios a participar da elaboração do
Plano Estadual de Habitação - PEHAB

Nosso primeiro encontro será o
SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PEHAB
Para técnicos municipais e representantes da sociedade civil organizada

Dia 03 de dezembro de 2013

O PEHAB vai definir estratégias e prioridades da Política Estadual de Habitação. Participe!

Programação

Manhã

- 08:30 às 09:00h: Credenciamento
09:00 às 09:15h: Apresentação dos participantes
09:15 às 10:30h: Porque fazer o PEHAB - o papel do Estado no Sistema Nacional de Habitação
10:30 às 10:45h: Intervalo café
10:45 às 12:00h: A participação dos municípios - metodologia de elaboração e conceitos

Tarde

- 13:00 às 13:15h: Apresentação da dinâmica de grupos
13:15 às 15:15h: Trabalho de grupo
15:15 às 15:30h: Intervalo café
15:30 às 16:30h: Exposição dos grupos e encerramento



PEHAB 2030

PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO - ES

Local: Centro de Convivência do Idoso
Rua Santa Tereza, nº.130, Bairro Beira Rio - Nova Venécia
(ponto de referência: a rua ao lado do Hospital São Marcos)

Informações tel: (27) 3636-5045 ou 3636-5029

2.8. CERTIFICADO DO SEMINÁRIO – MODELO



CERTIFICADO

Certificamos que _____ participou do Seminário de Capacitação dos Municípios referente ao Plano Estadual de Habitação - ES, realizado no dia 5 de dezembro de 2013, no auditório o JSN do município de Vitória, com carga horária de 8 horas.

Vitória, 5 de dezembro de 2013.



Eng. Eduardo L. Calhau
Subsecretário de Saneamento e Habitação - ES



Arq. Jacqueline Menegassi
Latus Consultoria

SECRETARIA DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO URBANO

 GOVERNO DO
**ESPIRITO
SANTO**
CRESCER É COM A GENTE

 **LATUS**
CONSULTORIA, PESQUISA E
ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.

3. AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE PELOS PARTICIPANTES

Após a realização de cada Seminário, os presentes foram convidados a responder um questionário de avaliação com o objetivo de dar um feedback quanto aos temas desenvolvidos, ao local e o público.

Abaixo segue o questionário distribuído.



PEHAB 2030
PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO - ES



SECRETARIA DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO URBANO



ESPIRITO SANTO
UNIDADE E COM A GENTE



LATUS
CONSULTORIA, PESQUISA E ACESSORIA DE PROJETOS LTDA.

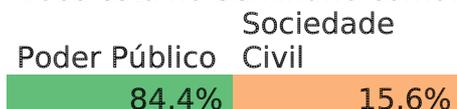
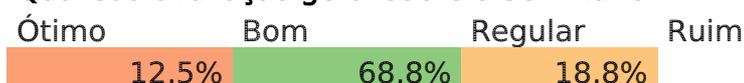
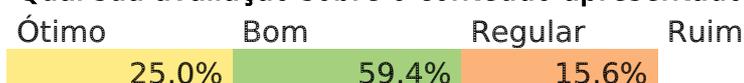
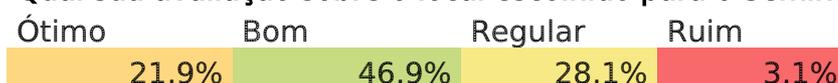
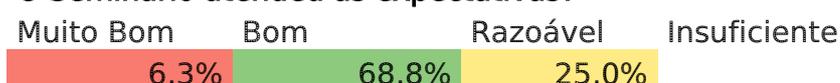
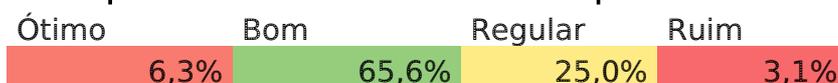
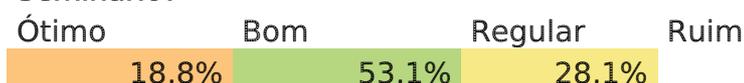
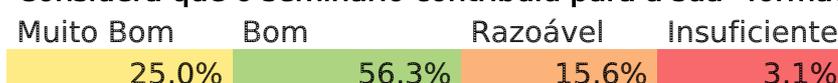
AVALIAÇÃO SEMINÁRIO PEHABOES

- 1) **Você está no Seminário como:**
 Poder Público Sociedade Civil
- 2) **Qual sua avaliação geral sobre o Seminário?**
 Ótimo Bom Regular Ruim
- 3) **Qual sua avaliação sobre o conteúdo apresentado no Seminário?**
 Ótimo Bom Regular Ruim
- 4) **Qual sua avaliação sobre o local escolhido para o Seminário?**
 Ótimo Bom Regular Ruim
- 5) **O Seminário atendeu as expectativas?**
 Muito Bom Bom Razoável Insuficiente
- 6) **O tempo utilizado no Seminário foi adequado?**
 Ótimo Bom Regular Ruim
- 7) **Qual a avaliação das metodologias e dinâmicas empregadas no Seminário?**
 Ótimo Bom Regular Ruim
- 8) **Considera que o seminário contribuiu para a sua "formação"?**
 Muito Bom Bom Razoável Insuficiente
- 9) **Pretende utilizar o conteúdo do Seminário?**
 Com frequência regularmente dificilmente nunca
- 10) **Comentários gerais, críticas e sugestões:**

No Seminário realizado em Colatina, 32 dos presentes responderam ao questionário. Destes, podemos observar uma predominância (84,4%) de pessoas ligadas ao Poder Público. 81,3% avaliou como ótimo ou bom o Seminário e 18,7% como regular. Sobre o atendimento as expectativas dos presentes, 75,1% relataram terem sido atendidas de forma muito boa ou boa, e 25% de forma razoável. Quanto a metodologia e dinâmica empregados no Seminário, 71,9% avaliaram como ótimo ou bom, e 28,1% como Regular. Dos presentes, 81,3% declararam que o Seminário contribuiu de forma muito boa ou boa para sua formação, e cerca de 18% declaram ser razoável ou insuficiente. Sobre as expectativas futuras, de se utilizar o conhecimento adquirido, 46,9% declararam

pretender utilizar com freqüência, enquanto que 50% coloca que pretende usar regularmente e apenas 3,1% apontou que dificilmente irá utilizar os conceitos e temas debatidos. Abaixo segue a tabulação dos 32 questionários do Seminário de Capacitação dos Municípios realizado em Colatina.

Colatina

1 Você está no Seminário como:**2 Qual sua avaliação geral sobre o Seminário?****3 Qual sua avaliação sobre o conteúdo apresentado no Seminário?****4 Qual sua avaliação sobre o local escolhido para o Seminário?****5 O Seminário atendeu as expectativas?****6 O tempo utilizado no Seminário foi adequado?****7 Qual a avaliação das metodologias e dinâmicas empregadas no Seminário?****8 Considera que o seminário contribuiu para a sua "formação"?****9 Pretendo utilizar o conteúdo do Seminário?**

No Seminário realizado em Nova Venécia, 24 dos presentes responderam ao questionário. Destes, podemos observar uma predominância (83,3%) de pessoas ligadas ao Poder Público. 95,8% avaliou como ótimo ou bom o Seminário e 4,2% como regular. Sobre o atendimento as expectativas dos presentes, 70,8% relataram terem sido atendidas de forma muito boa ou boa, e 29,2% de forma razoável. Quanto a metodologia e dinâmica empregados no Seminário, 87,5% avaliaram como ótimo ou bom, e 12,5% como Regular. Dos presentes, 87,5% declararam que o Seminário contribuiu de forma muito boa ou boa para sua formação, e cerca de 12% declaram ser razoável ou insuficiente. Sobre as

expectativas futuras de se utilizar o conhecimento adquirido, 54,2% declararam pretender utilizar com freqüência, enquanto que 45,8% coloca que pretende usar regularmente os conceitos e temas debatidos. Abaixo segue a tabulação dos 24 questionários do Seminário de Capacitação dos Municípios realizado em Nova Venécia.

Nova Venécia

1 Você está no Seminário como:

	Sociedade Poder Público	Civil
	83,3%	16,7%

2 Qual sua avaliação geral sobre o Seminário?

Ótimo	Bom	Regular	Ruim
16,7%	79,2%	4,2%	0,0%

3 Qual sua avaliação sobre o conteúdo apresentado no Seminário?

Ótimo	Bom	Regular	Ruim
16,7%	70,8%	12,5%	0,0%

4 Qual sua avaliação sobre o local escolhido para o Seminário?

Ótimo	Bom	Regular	Ruim
16,7%	62,5%	16,7%	4,2%

5 O Seminário atendeu as expectativas?

Muito Bom	Bom	Razoável	Insuficiente
20,8%	50,0%	29,2%	0,0%

6 O tempo utilizado no Seminário foi adequado?

Ótimo	Bom	Regular	Ruim
25,0%	62,5%	12,5%	0,0%

Qual a avaliação das metodologias e dinâmicas empregadas no

7 Seminário?

Ótimo	Bom	Regular	Ruim
25,0%	62,5%	12,5%	0,0%

8 Considera que o seminário contribuiu para a sua "formação"?

Muito Bom	Bom	Razoável	Insuficiente
29,2%	58,3%	8,3%	4,2%

9 Pretendo utilizar o conteúdo do Seminário?

Com Frequência	Regularmente	Difícilmente	Nunca
54,2%	45,8%	0,0%	0,0%

No Seminário realizado em Vitória, 28 dos presentes responderam ao questionário. Destes, podemos observar uma predominância (82,1%) de pessoas ligadas ao Poder Público. Todos avaliaram como ótimo ou bom o Seminário. Sobre o atendimento as expectativas dos presentes, 85,8% relataram terem sido atendidas de forma muito boa ou boa, e 14,3% de forma razoável. Quanto a metodologia e dinâmica empregados no Seminário, 92,9% avaliaram como ótimo ou bom, e 7,1% como Regular. Dos presentes, 92,9% declararam que o

Seminário contribuiu de forma muito boa ou boa para sua formação, e cerca de 7,1% declaram ser razoável ou insuficiente. Sobre as expectativas futuras, de se utilizar o conhecimento adquirido, 57,1% declararam pretender utilizar com frequência, enquanto que 39,3% colocam que pretendem usar regularmente e apenas 3,6% apontaram que dificilmente iram utilizar os conceitos e temas debatidos. Abaixo segue a tabulação dos 28 questionários do Seminário de Capacitação dos Municípios realizado em Vitória.

Vitória

1 Você está no Seminário como:

	Sociedade
Poder Público	Civil
82,1%	17,9%

2 Qual sua avaliação geral sobre o Seminário?

Ótimo	Bom	Regular	Ruim
39,3%	60,7%	0,0%	0,0%

3 Qual sua avaliação sobre o conteúdo apresentado no Seminário?

Ótimo	Bom	Regular	Ruim
35,7%	53,6%	10,7%	0,0%

4 Qual sua avaliação sobre o local escolhido para o Seminário?

Ótimo	Bom	Regular	Ruim
46,4%	42,9%	7,1%	3,6%

5 O Seminário atendeu as expectativas?

Muito Bom	Bom	Razoável	Insuficiente
42,9%	42,9%	14,3%	0,0%

6 O tempo utilizado no Seminário foi adequado?

Ótimo	Bom	Regular	Ruim
32,1%	60,7%	7,1%	0,0%

7 Qual a avaliação das metodologias e dinâmicas empregadas no Seminário?

Ótimo	Bom	Regular	Ruim
39,3%	53,6%	7,1%	0,0%

8 Considera que o seminário contribuiu para a sua "formação"?

Muito Bom	Bom	Razoável	Insuficiente
53,6%	39,3%	7,1%	0,0%

9 Pretendo utilizar o conteúdo do Seminário?

Com Frequência	Regularmente	Dificilmente	Nunca
57,1%	39,3%	3,6%	0,0%

No Seminário realizado em Cachoeiro do Itapemirim, 21 dos presentes responderam ao questionário. Destes, podemos observar uma predominância muito grande (95,2%) de pessoas ligadas ao Poder Público. 95,2% avaliou como ótimo ou bom o Seminário e apenas 4,8% como regular. Sobre o atendimento as

expectativas dos presentes, 90,4% relataram terem sido atendidas de forma muito boa ou boa, e 9,5% de forma razoável. Quanto a metodologia e dinâmica empregados no Seminário, 85,7% avaliaram como ótimo ou bom, e 14,3% como regular ou ruim. Dos presentes, 90,5% declararam que o Seminário contribuiu de forma muito boa ou boa para sua formação, e cerca de 9,5% declaram ser razoável. Sobre as expectativas futuras, de se utilizar o conhecimento adquirido, 42,9% declararam pretender utilizar com frequência, enquanto que 57,1% coloca que pretende usar regularmente, ninguém apontou que dificilmente irá utilizar os conceitos e temas debatidos. Abaixo segue a tabulação dos 21 questionários do Seminário de Capacitação dos Municípios realizado em Cachoeiro do Itapemirim.

Cachoeiro do Itapemirim

1 Você está no Seminário como:

	Sociedade	Poder Público
	Civil	
	4,8%	95,2%

2 Qual sua avaliação geral sobre o Seminário?

Ótimo	Bom	Regular	Ruim
57,1%	38,1%	4,8%	0,0%

3 Qual sua avaliação sobre o conteúdo apresentado no Seminário?

Ótimo	Bom	Regular	Ruim
52,4%	38,1%	9,5%	0,0%

4 Qual sua avaliação sobre o local escolhido para o Seminário?

Ótimo	Bom	Regular	Ruim
38,1%	52,4%	9,5%	0,0%

5 O Seminário atendeu as expectativas?

Muito Bom	Bom	Razoável	Insuficiente
33,3%	57,1%	9,5%	0,0%

6 O tempo utilizado no Seminário foi adequado?

Ótimo	Bom	Regular	Ruim
28,6%	61,9%	9,5%	0,0%

7 Qual a avaliação das metodologias e dinâmicas empregadas no Seminário?

Ótimo	Bom	Regular	Ruim
47,6%	38,1%	9,5%	4,8%

8 Considera que o seminário contribuiu para a sua "formação"?

Muito Bom	Bom	Razoável	Insuficiente
42,9%	47,6%	9,5%	0,0%

9 Pretendo utilizar o conteúdo do Seminário?

Com	Regularmente	Dificilmente	Nunca
Frequência			
42,9%	57,1%	0,0%	0,0%

Na soma de todos os seminários realizados, 105 dos presentes responderam aos questionários. Destes, podemos observar uma predominância (85,7%) de pessoas ligadas ao Poder Público. 92,4% avaliou como ótimo ou bom o Seminário e 7,6% como regular. Sobre o atendimento as expectativas dos presentes, 80% relataram terem sido atendidas de forma muito boa ou boa, e 20% de forma razoável. Quanto a metodologia e dinâmica empregados no Seminário, 83,8% avaliaram como ótimo ou bom, e 15,1% como Regular, apenas 1% avaliou como ruim. Dos presentes, 87,6% declararam que o Seminário contribuiu de forma muito boa ou boa para sua formação, e cerca de 12,4% declaram ser razoável ou insuficiente. Sobre as expectativas futuras, de se utilizar o conhecimento adquirido, 50,5% declararam pretender utilizar com freqüência, enquanto que 47,6% coloca que pretende usar regularmente e apenas 1,9% apontou que dificilmente irá utilizar os conceitos e temas debatidos. Abaixo segue a tabulação dos 105 questionários do Seminário de Capacitação dos Municípios realizado nos municípios de Colatina, Nova Venécia, Vitória e Cachoeiro do Itapemirim.

Geral

1 Você está no Seminário como:

Poder Público	Sociedade Civil
85,7%	14,3%

2 Qual sua avaliação geral sobre o Seminário?

Ótimo	Bom	Regular	Ruim
29,5%	62,9%	7,6%	0,0%

3 Qual sua avaliação sobre o conteúdo apresentado no Seminário?

Ótimo	Bom	Regular	Ruim
31,4%	56,2%	12,4%	0,0%

4 Qual sua avaliação sobre o local escolhido para o Seminário?

Ótimo	Bom	Regular	Ruim
30,5%	50,5%	16,2%	2,9%

5 O Seminário atendeu as expectativas?

Muito Bom	Bom	Razoável	Insuficiente
24,8%	55,2%	20,0%	0,0%

6 O tempo utilizado no Seminário foi adequado?

Ótimo	Bom	Regular	Ruim
21,9%	62,9%	14,3%	1,0%

7 Qual a avaliação das metodologias e dinâmicas empregadas no Seminário?

Ótimo	Bom	Regular	Ruim
31,4%	52,4%	15,2%	1,0%

8 Considera que o seminário contribuiu para a sua "formação"?

Muito Bom	Bom	Razoável	Insuficiente
37,1%	50,5%	10,5%	1,9%

9 Pretendo utilizar o conteúdo do Seminário?

Com Freqüência	Regularmente	Dificilmente	Nunca
50,5%	47,6%	1,9%	0,0%